

## Quem disse ?

«O mercado não é o Deus "ex machina" da ordem universal. As leis do capitalismo não são naturais»

**Fernando Pereira Marques**  
Expresso, 24 de Julho

**ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA**

Nº1030 29 JULHO 1999 100\$ - 0,5 €

**ACÇÃO SOCIALISTA**

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



## Durão Barroso, cúmplice

### João Jardim ofende instituições portuguesas

Alberto João Jardim no comício do passado domingo, realizado na Madeira, na presença do novel líder do PSD, Durão Barroso, voltou, no seu estilo arruaceiro, a ofender os portugueses e as instituições.

O Partido Socialista reagiu de imediato aos insultos proferidos e que foram transmitidos nos jornais televisivos de domingo à noite, através de uma declaração política, efectuada em nome da Direcção Nacional, pela camarada Edite Estrela.

«De Alberto João Jardim espera-se tudo, dado que não passa de um dirigente político típico de uma qualquer república das bananas, que já nem no terceiro mundo se usa», disse Edite Estrela, acrescentando: «Mas a cumplicidade e participação activa de Durão Barroso não indiciam nada de bom para o País». Edite Estrela comentava desta forma a frase «viva a Madeira livre» com que Alberto João Jardim terminou a sua intervenção no comício e ao facto de nele se ter transmitido o «hino separatista da Madeira». E tudo isto na presença de Durão Barroso.

«Quando se disse no comício - nós madeirenses somos melhores e mais inteligentes que os do continente -, Durão Barroso sorriu e aplaudiu», disse Edite Estrela, lembrando: «Para o povo português, tão ladrão é o que vai à horta como o que fica à porta».

«Este estilo arruaceiro não pode ser típico de um partido (o PSD) que parece querer governar Portugal», frisou Edite Estrela.

Lembrando que além de mafioso, no comício da Madeira chamou-se a Guterres «caloteiro e fariseu» e a Mário Soares «o satã da nossa terra». Edite Estrela considerou que Durão Barroso deve dar «explicações ao povo português».

Já Jorge Coelho, em declarações prestadas na terça-feira, à margem da sua visita às obras da futura «Loja do Cidadão» que será inaugurada em breve no Porto, considerou que Durão Barroso «anda um bocadinho baralhado».

«Penso que o líder da oposição está mal acompanhado ou de vez em quando fica nervoso com aquelas coisas que lhe aconteceram na Madeira e noutros sítios, ou pelo facto de a sua caravana eleitoral a Portugal não ter tido praticamente impacto mediático nenhum na sociedade portuguesa», afirmou o cabeça-de-lista pelo distrito de Setúbal.

**EM CLIMA DE UNIDADE PS APRESENTA LISTA DE CANDIDATOS**

 <b>Açoires Medeiros Ferreira</b>	 <b>Coimbra Manuel Alegre</b>	 <b>Madeira José Carlos Mota Torres</b>	 <b>Vila Real Vítor Ramalho</b>
 <b>Aveiro João Cravinho</b>	 <b>Évora Capoulos Santos</b>	 <b>Portalegre Júlio Miranda Calha</b>	 <b>Viseu José Junqueiro</b>
 <b>Beja Rui Cunha</b>	 <b>Faro José Apolinário</b>	 <b>Porto Fernando Gomes</b>	 <b>Europa Carlos Luís</b>
 <b>Braga Mesquita Machado</b>	 <b>Guarda Maria do Carmo Borges</b>	 <b>Santarém Jorge Lacão</b>	 <b>Fora da Europa Vítor Caio Roque</b>
 <b>Bragança Armando Vara</b>	 <b>Leiria Eduardo Ferro Rodrigues</b>	 <b>Setúbal Jorge Coelho</b>	<b>O processo de escolha das listas de deputados concorrentes às próximas eleições legislativas espelhou o grande clima de unidade que existe no partido. Na reunião da Comissão Política do PS, sexta-feira passada, na sede nacional do partido, a grande maioria das listas dos 22 círculos eleitorais foram aprovadas ou por unanimidade, ou sem qualquer voto contra.</b>
 <b>Castelo Branco António Guterres</b>	 <b>Lisboa António Almeida Santos</b>	 <b>Viana do Castelo Rui Solheiro</b>	

## Sociedade & País

### Comboio da Ponte Arranca primeira travessia ferroviária suspensa



A partir de hoje a travessia ferroviária sobre o rio Tejo poderá começar a retirar uma média de 20 mil carros (30 mil passageiros) por dia à Ponte 25 de Abril, implicando uma redução no tráfego rodoviário de 15 por cento.

## Sociedade & País

### Pré-escolar'2000 Mais cinco mil crianças



No próximo ano lectivo (1999/2000), mais cinco mil crianças usufruirão da educação pré-escolar pública em todo o País. Esta informação foi avançada com base nas projecções estatísticas reveladas, no dia 26, pelo Ministério da Educação.



## O desnorte de Barroso

Durão Barroso decididamente ainda não encontrou o caminho certo para a sua cruzada anti-PS. Com efeito, o actual líder dos laranjas ainda não conseguiu mostrar um pensamento ou sequer alguma ideia original para a sua pretensa governação do País.

Desde que por desistência dos seus adversários Durão Barroso ascendeu, sem mérito, à liderança do maior partido da oposição, nunca se lhe conheceu um pensamento político credível e mobilizador de qualquer reforma do País. Limitando-se a procurar confundir a gestão governamental do Partido Socialista com a governação autista de Cavaco Silva, Durão Barroso tenta hoje acusar o PS dos mesmos abusos de poder que a maioria absoluta do PSD efectuou quando governou Portugal durante dez anos.

Após uma adiada e atribulada excursão pelo país que continua a não conhecer e a não o reconhecer, Durão Barroso tem vindo a centrar as suas aparições públicas pela procura do imediatismo de outras figuras (!) do seu partido. Assim aconteceu na passada semana com Cavaco Silva, à terça-feira, com Pinto Balsemão, à Quinta, e com Alberto João Jardim, ao domingo.

Nestes três casos paradigmáticos do desnorte da campanha do aluno Barroso, aconteceu no primeiro, a figura mediática foi, mais uma vez, o seu professor Cavaco que aproveitou o palco para mostrar de novo o seu azedume e arrogância para com os portugueses que o derrotaram por duas vezes consecutivas, penalizando a sua governação nas urnas em 1995 e recusando-o meses mais tarde como Presidente da República.

No segundo foi o mediatismo do presidente da SIC e eventual candidato à Presidência da República, Pinto Balsemão, que centrando as suas preocupações e especulações nas próximas eleições presidenciais abafaram a sua cada vez mais imperceptível presença. Finalmente, a borrada total aconteceu no domingo, na Madeira, onde num comício local deu cobertura às ofensas com que o inenarrável Alberto João Jardim resolveu brindar os portugueses e nomeadamente os socialistas.

Estas três situações acabam por marcar negativamente o inglório esforço de Barroso em mostrar que o seu PSD é um novo PSD, que rompeu em definitivo com o passado. Quem pode acreditar em tal blasfémia se Barroso num dia enaltece o Governo e no outro se esconde por detrás das acusações de Cavaco e no outro por detrás do arruaceirismo de João Jardim sem, em nenhum dos casos, ser capaz de dar um muro na mesa e dizer bem alto aos portugueses que não é este o PSD que quer.

Barroso anda sem norte e mal aconselhado, é um facto. Mas, pior que isso, com estas atitudes, o actual presidente do PSD não tem qualquer possibilidade de se afirmar como candidato credível a primeiro-ministro. Barroso é, afinal, um flop!



## PENAS BENÉVOLAS PARA CRIMINOSOS DA PIDE

A grande manchete da edição de 30 de Julho de 1981 do «Acção Socialista» era uma sondagem que indicava que se houvesse eleições o PS seria o partido mais votado pelo povo português.

Por outro lado, nesta edição podiam ler-se numerosos artigos de opinião, nomeadamente um da autoria de Torres Couto sobre a «crise» na UGT.

Na última página o destaque ia para o fim do julgamento do «Caso Humberto Delgado».

«Sentenças ilógicas e benévolas não escondem condenação do fascismo», titulava o «AS».

Segundo o órgão oficial do PS, todos aqueles que assistiram no Tribunal Militar Territorial de Lisboa à sentença dos criminosos da PIDE que assassinaram o General Sem Medo ficaram com a sensação de que as penas foram «ilógicas e benévolas». O «AS» noticiava ainda a composição da nova direcção do GP/PS, que tinha como presidente Salgado Zenha, um dos mais brilhantes parlamentares de sempre e grande figura do socialismo democrático.

30 de Julho

Quem disse?

«A taxa de inflação em Portugal já está próxima dos 25 por cento, muito acima dos 16 por cento que o Governo AD se propusera como objectivo»

«Financial Times»



## Cooperação magnífica entre Portugal e Espanha

Um cálice de Porto e a deslumbrante paisagem do Douro para reforçar as «excepcionais relações» entre Portugal e Espanha. António Guterres e José María Aznar almoçaram no dia 27 na Quinta do Porto, no Pinhão, região que escolheram para dois dias de férias.

António Guterres salientou que «Espanha

e Portugal estão a atravessar um momento único nas relações bilaterais».

O brinde que os dois governantes fizeram com o Douro em pano de fundo foi exemplo paradigmático da «cooperação magnífica» existente entre os dois países, que o caso Champalimaud/Santander não beliscou minimamente.

## Ministério da Educação promove encontro internacional de jovens

O Ministério da Educação, através da Unidade de Coordenação de Clubes Europeus, realiza no complexo desportivo de Lamego, desde o dia 25 de Julho e até 1 de Agosto, um encontro internacional de jovens premiados no concurso 99 de «A Europa na Escola».

«A Europa na Escola» é uma iniciativa patrocinada conjuntamente pelo Conselho da Europa, pela Comissão Europeia, pelo Parlamento Europeu e pela Fundação Europeia da Cultura, que envolve anualmente cerca de um milhão de jovens, em 32 países europeus.

## Judas quer Hollywood em Cascais

José Luís Judas não pára de surpreender pela positiva. O autarca acaba de regressar de Hollywood, onde tentou convencer os estúdios da Metro Goldwyn Mayer, Walt Disney e Paramount a investirem na construção de uma «cidade do cinema» nas imediações de Cascais.

Trata-se de um investimento de cerca de 20 milhões de contos e que poderá vir a ser partilhado pela RTP e pela Portugal Telecom, através da TV Cabo.



## Governo lança trabalhos do Observatório do QCA

A secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, Maria José Constâncio, e a supervisora do Quadro Comunitário de Apoio (QCA) acabam de dar início aos trabalhos do Observatório do QCA, com a escolha dos membros deste órgão que tem como funções pronunciar-se, de variadas formas, sobre a performance do Quadro.



## CPLP condena UNITA por massacres em Catete

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) condenou com «veemência» a UNITA pelo prolongamento da guerra em Angola e anunciou o envio de observadores para Timor-Leste.

Estas foram as questões centrais debatidas na reunião, na semana passada, do Conselho de Ministros daquela organização, que decorreu em Cascais.

## Férias do «Acção Socialista»

O «Acção Socialista» vai de férias. Regressamos em Setembro ao convívio dos nossos camaradas, com redobradas forças, dando o nosso contributo para a vitória do PS nas legislativas de Outubro.

Até lá, boas férias a todos os leitores e assinantes do Órgão Oficial do PS.

## LISTAS DE DEPUTADOS DO PS REFLECTIRAM CLIMA DE UNIDADE

O processo de escolha das listas de deputados concorrentes às próximas eleições legislativas espelhou o grande clima de unidade que existe no partido. Na reunião da Comissão Política do PS, sexta-feira passada, na sede nacional do partido, a grande maioria das listas dos 22 círculos eleitorais foram aprovadas ou por unanimidade, ou sem qualquer voto contra.

Foram aprovadas por unanimidade as listas dos círculos eleitorais de Beja, Castelo Branco, Faro, Leiria, Madeira e Portalegre. Não tiveram qualquer voto contra as listas dos Açores, Braga, Bragança, Coimbra, Guarda, Lisboa, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Europa.

Apenas se registaram seis votos contra na lista por Aveiro e um nas candidaturas pelo círculo fora da Europa.

No final da reunião da Comissão Política Nacional do PS, o coordenador da Comissão Permanente do partido, António José Seguro, sublinhou que as listas socialistas para as próximas eleições legislativas combinam a experiência e a inovação, já que 47 por cento dos candidatos são no-



vos. A renovação estendeu-se também à escolha dos cabeças de lista. Mudaram 45 por cento em relação ao acto eleitoral

de 1995. Dos 22 cabeças-de-lista, dez aparecem em posição cimeira pela primeira vez.

António José Seguro realçou, por outro lado, que as candidaturas do PS aumentam substancialmente o número de jovens, dando assim expressão a um conjunto de preocupações do PS para se abrir aos vários sectores da sociedade portuguesa. As listas do PS aumentam ainda de forma significativa o número de mulheres presentes em lugares efectivos, já que passaram de 31 para 58.

Por isso, o coordenador da Comissão Permanente do PS fez questão de observar que a Comissão Política da passada sexta-feira, para escolher as listas de deputados concorrentes às próximas eleições legislativas, foi a mais rápida e a menos polémica de sempre na história do partido.

### Apresentação dos candidatos a deputados do PS

O camarada António Guterres esteve presente na sessão de apresentação dos candidatos do PS à Assembleia da República, que decorreu, ontem, ao fim da tarde, junto à Torre de Belém, em Lisboa.

### Cabeças de lista por círculo eleitoral

 Açores <b>Medeiros Ferreira</b>	 Coimbra <b>Manuel Alegre</b>	 Madeira <b>José Carlos Mota Torres</b>	 Vila Real <b>Vítor Ramalho</b>
 Aveiro <b>João Cravinho</b>	 Évora <b>Capoulas Santos</b>	 Portalegre <b>Júlio Miranda Calha</b>	 Viseu <b>José Junqueiro</b>
 Beja <b>Rui Cunha</b>	 Faro <b>José Apolinário</b>	 Porto <b>Fernando Gomes</b>	 Europa <b>Carlos Luís</b>
 Braga <b>Mesquita Machado</b>	 Guarda <b>Maria do Carmo Borges</b>	 Santarém <b>Jorge Lacão</b>	 Fora da Europa <b>Vítor Caio Roque</b>
 Bragança <b>Armando Vara</b>	 Leiria <b>Eduardo Ferro Rodrigues</b>	 Setúbal <b>Jorge Coelho</b>	
 Castelo Branco <b>António Guterres</b>	 Lisboa <b>António Almeida Santos</b>	 Viana do Castelo <b>Rui Solheiro</b>	

**Círculo eleitoral Açores\***

**Efectivos:**

- 1 José Medeiros Ferreira
- 2 Luís Fagundes Duarte
- 3 Isabel Maria dos Santos Barata
- 4 Jorge Manuel Medeiros Correia Gonçalves
- 5 Manuel Tomás Gaspar

**Suplentes:**

- Isabel M. Paiva P. de Magalhães  
 André Manuel Pereira Viveiros  
 Manuel Soares Silveira  
 Maria Luísa Cardoso Flores Brasil Soares Gregório  
 Maria Carmina de Araújo Goulart Bettencourt

\*Aprovada por maioria com uma abstenção

**Círculo eleitoral Aveiro\***

**Efectivos:**

- 1 João Cravinho
- 2 José Mota
- 3 Antero Gaspar
- 4 Rosa Albernaz
- 5 João Carlos Silva
- 6 Afonso Candal
- 7 Rui Marquero
- 8 Margarida Gariso
- 9 Manuel Francisco Valente
- 10 Teresa Venda
- 11 Aníbal Gouveia
- 12 Filipe Neto Brandão
- 13 Joana Cruz
- 14 Manuel Sanbento
- 15 Humberto Rocha

**Suplentes:**

- João Ribeiro  
 Fátima Ferreira  
 Jesus Silva  
 Raul Martins  
 Jacinto Martins  
 Carlos Candal

\* Aprovada por maioria com seis votos contra

**Círculo eleitoral Beja\***

**Efectivos:**

- 1 Rui Cunha
- 2 Gavino Paixão
- 3 António Saleiro

**Suplentes:**

- Ana Mafalda Luís  
 Paulo Arsênio  
 Pedro Prazeres do Carmo

\* Aprovada por unanimidade

**Círculo eleitoral Braga\***

**Efectivos:**

- 1 Mesquita Machado
- 2 Maria Rosário Carneiro

- 3 António Reis
- 4 Sónia Fertzinhos
- 5 António Braga
- 6 Fernando Moniz
- 7 Laurentino Dias
- 8 João Lourenço
- 9 Luís Miguel Teixeira
- 10 Ricardo Gonçalves
- 11 Martinho Gonçalves
- 12 Isabel Tinoco Faria
- 13 António Ramalho
- 14 Manuel Duarte Santos
- 15 Sofia Ferreira Mendes
- 16 Alice Fernandes
- 17 Albino Costa

**Suplentes:**

- Jorge Coutinho  
 Carlos Jorge Ferreira  
 Maria Graça da Silva  
 Hugo Rainha  
 Manuel Silva  
 Rui Jorge Xavier  
 Virginia Pinheiro

\* Aprovada por maioria com uma abstenção

**Círculo eleitoral Bragança\***

**Efectivos:**

- 1 Armando Vara
- 2 José Carlos Correia Mota Andrade
- 3 Manuel Luís Vaz
- 4 Ana Maria Dias Mascarenhas

**Suplentes:**

- Dinis Manuel Prata Costa  
 Américo Jaime Afonso Pereira  
 Francisco António Castro Pires  
 Maria Goretti Monteiro Carneiro

\* Aprovado por maioria com uma abstenção

**Círculo eleitoral Castelo Branco\***

**Efectivos:**

- 1 António Guterres
- 2 José Sócrates
- 3 Fernando Serrasqueiro
- 4 Maria do Carmo Sequeira
- 5 José Sampaio Lopes

**Suplentes:**

- José Carlos Lavrador  
 Maria Manuela Viana  
 Carlos Martins  
 João Carlos Marcelo  
 João Campino

\* Aprovada por unanimidade

**Círculo eleitoral Coimbra\***

**Efectivos:**

- 1 Manuel Alegre
- 2 Fausto Correia
- 3 João Rui Almeida
- 4 Teresa Coimbra

- 5 José Penedos
- 6 Luís Parreirão
- 7 Vítor Batista
- 8 Maria do Céu Vidal
- 9 Ricardo Castanheira
- 10 Fernando Pereira Marques

**Suplentes:**

- Maria Antónia Almeida Santos  
 José Manuel Antunes  
 Francisco Osório Gomes  
 Maria José Freixinho  
 Capitão Ferreira Marques

\* Aprovada por maioria com quatro abstenções

**Círculo eleitoral Évora\***

**Efectivos:**

- 1 Luís Capoulas Santos
- 2 Carlos Zorrinho
- 3 Vítor Martelo
- 4 Mafalda Troncho

**Suplentes:**

- José Alberto Fateixa  
 Fernanda Ramos  
 José Bravo Nico  
 José Ernesto Oliveira

\* Aprovada por unanimidade

**Círculo eleitoral Faro\***

**Efectivos:**

- 1 José Apolinário
- 2 Luís Patrão
- 3 Joaquim Américo Fialho Anastácio
- 4 Jâmlia Bárbara Madeira
- 5 Luís Manuel Carvalho Carito
- 6 Carlos Alberto
- 7 Jovita de Fátima Romano Ladeiras
- 8 Filipe Mesquita Vital

**Suplentes:**

- Adriano Pimpão  
 Carlos Matos  
 José Luís Domingos  
 Anabela Simão  
 Luís Coelho

\* Aprovada por unanimidade

**Círculo eleitoral Guarda\***

**Efectivos:**

- 1 Maria do Carmo Borges
- 2 António Santinho Pacheco
- 3 Carlos Alberto Dias Santos
- 4 Victor Brito Moura

**Suplentes:**

- José Albano Loureiro  
 Miguel Borges  
 Custódia Soares Vicente  
 António José Seguro

\*Aprovada por maioria com uma abstenção

**Círculo eleitoral Leiria\***

**Efectivos:**

- 1 Eduardo Ferro Rodrigues
- 2 Osvaldo Sarmento e Castro
- 3 Carlos Ascenso André
- 4 Isabel Vígia de Almeida
- 5 José Miguel Medeiros
- 6 João Pedro Correia
- 7 António Jorge Calvete
- 8 Maria Isabel Gonçalves
- 9 Adelino Gonçalves Mendes
- 10 João Paulo Fêiteira

**Suplentes:**

- Jorge Rosendo Gonçalves  
 Sílvia Ribeiro  
 Jorge Costa Pereira  
 Nuno Santos  
 Júlio Henriques

\* Aprovada por unanimidade

**Círculo eleitoral Lisboa\***

**Efectivos:**

- 1 António Almeida Santos
- 2 Jaime Gama
- 3 João Soares
- 4 Edite Estrela
- 5 António Costa
- 6 Pina Moura
- 7 Vera Jardim
- 8 Maria do Carmo Romão
- 9 Alberto Costa
- 10 Alberto Arons de Carvalho
- 11 Maria da Luz Rosinha
- 12 José Augusto Carvalho
- 13 Joaquim Raposo
- 14 Acácio Barreiros
- 15 António Galamba
- 16 Leonor Coutinho
- 17 José Magalhães
- 18 Helena Roseta
- 19 Miguel Coelho
- 20 Rui Vieira
- 21 Cláudio Monteiro
- 22 Francisco Torres
- 23 Maria Santos
- 24 José Miguel Boquinhas
- 25 Barbosa de Oliveira
- 26 Gonçalo Velho
- 27 Celeste Correia
- 28 Casimiro Ramos
- 29 Humberto Pacheco
- 30 João Benavente
- 31 Meneses Rodrigues
- 32 Custódia Fernandes
- 33 Victor Peixoto
- 34 Dias Baptista
- 35 Rosa do Egípto
- 36 Natalina Moura
- 37 Nuno Baltazar Mendes
- 38 Tomás Vasques
- 39 Emanuel Martins
- 40 Carla Tavares
- 41 Vítor Carola
- 42 Jorge Rato
- 43 Graça Sabugueiro
- 44 Maria de Lurdes Rebelo
- 45 Alexandre Sargento
- 46 Manuela Augusto

- 47 Filipe Costa
- 48 Olga Raposo
- 49 Romão Ferreira

**Suplentes:**

- Susana Amador  
 Miguel Valente  
 Jaime Garcia  
 Maria Margarida Rodrigues  
 Dias Almeida

\* Aprovada por maioria com quatro abstenções

**Círculo eleitoral Madeira\***

**Efectivos:**

- 1 José Carlos Mota Torres
- 2 Gil Tristão Freitas França
- 3 Isabel Sena Lino
- 4 José António Cardoso
- 5 Leonardo Santos

**Suplentes:**

- Ana Luísa Vieira  
 João Carlos Gouveia  
 João de Freitas Correia  
 Lino Gonçalves da Conceição  
 Filipe de Sousa

\*Aprovada por unanimidade

**Círculo eleitoral Portalegre\***

**Efectivos:**

- 1 Júlio Miranda Calha
- 2 Galinha Barreto
- 3 Zelinda Semedo

**Suplentes:**

- Francisco Camilo  
 Luís Testa  
 Luís Ribeiro

\* Aprovada por unanimidade

**Círculo eleitoral Porto\***

**Efectivos:**

- 1 Fernando Gomes
- 2 Narciso Miranda
- 3 Francisco Assis
- 4 Maria de Belém
- 5 Alberto Martins
- 6 Manuel Maria Carrilho
- 7 Manuel dos Santos
- 8 Elisa Ferreira
- 9 Guilherme d'Oliveira Martins
- 10 José Lello
- 11 José Lamego
- 12 Isabel Pires de Lima
- 13 José Lemos
- 14 Jorge Strecht
- 15 José Saraiva
- 16 Luísa Vasconcelos
- 17 Barros Moura
- 18 Bruno Almeida
- 19 Paula Cristina Duarte
- 20 Manuel Diogo
- 21 Agostinho Gonçalves

## POLÍTICA

22 Renato Sampaio  
23 Afonso Lobão  
24 Helena Maria Ribeiro  
25 Artur Penedos  
26 Fernando Jesus  
27 Barbosa Ribeiro  
28 Eduarda Castro  
29 José Ribeiro  
30 Luís Pedro Martins  
31 Patrícia Ribeiro  
32 Pedro Baptista  
33 Maria de Lurdes  
34 Augusto Santos Silva  
35 João Fernandes  
36 António Vieira  
37 Rosa Mota

### Suplentes:

José Luís Carneiro  
Paulo Silva  
Sandra Lameiras  
Henrique Calisto  
Rodrigo Oliveira  
Renato Matos

\* Aprovada por maioria com uma abstenção

### Círculo eleitoral Santarém\*

#### Efectivos:

1 Jorge Lação  
2 Carlos Cunha  
3 Vitalino Canas

4 Luísa Portugal  
5 José Miguel Noras  
6 Nelson Baltazar  
7 João Sequeira  
8 Maria José Campos  
9 Paulo Fonseca  
10 João Paulo Almeida

### Suplentes:

Rui Carreira  
Sara Domingues  
Paulo Constantino  
Pedro Ribeiro Francisco Madelino

\* Aprovada por maioria com uma abstenção

### Círculo eleitoral Setúbal\*

#### Efectivos:

1 Jorge Coelho  
2 Alberto Antunes  
3 Manuela Arcanjo  
4 Mata Cáceres  
5 Joel Hasse Ferreira  
6 Eduardo Pereira  
7 Amélia Antunes  
8 Paulo Pedroso  
9 José Reis  
10 Fernanda Costa  
11 Aires Carvalho  
12 Ana Catarina Mendes  
13 José Manuel Epifânio  
14 José Matos Leitão

15 Carlos Amândio  
16 Carlos Gouveia Lopes  
17 Ilídio Ferreira

### Suplentes:

Ventura Leite  
Edite Coelho  
António José Santos  
Sérgio Calhau  
Ana Jorge  
José Inocêncio

\*Aprovada por maioria com três abstenções

### Círculo eleitoral Viana do Castelo\*

#### Efectivos:

1 Rui Solheiro  
2 Marques Júnior  
3 José Carlos Tavares  
4 Rosalina Martins  
5 António José Dias  
6 Nuno Ferreira da Silva

### Suplentes:

José Adriano Cruz  
Conceição Soares  
Joaquim Teixeira  
Jorge Gama  
Carlos Amaral

\*Aprovada por maioria com uma abstenção

### Círculo eleitoral Vila Real\*

#### Efectivos:

1 Vítor Ramalho  
2 António Martinho  
3 Alexandre Chaves  
4 Helena Ervedosa  
5 Joaquim Cêrca

### Suplentes:

Vítor Almeida  
Francisco Esteves  
Ema Gonçalo  
Maria Helena Rodrigues  
Arlindo Gonçalves

\*Aprovada por maioria com uma abstenção

### Círculo eleitoral Viseu\*

#### Efectivos:

1 José Junqueira  
2 Ana Benavente  
3 José Leitão  
4 Miguel Ginestal  
5 João Sobral  
6 Joaquim Sarmento  
7 Isabel Zacarias  
8 João Paulo Rebelo  
9 Fernando Sousa

### Suplentes:

Filipa Fonseca

João Azevedo  
Adalberto Tomás  
Paulo Simões  
Manuel João Leitão

\*Aprovada por maioria com uma abstenção

### Círculo eleitoral Europa\*

#### Efectivos:

1 Carlos Luís  
2 Manuel de Almeida

### Suplentes:

Paulo Pisco  
Maria José Kramer

\*Aprovada por maioria com duas abstenções

### Círculo eleitoral Fora da Europa\*

#### Efectivos:

1 Vítor Caio Roque  
2 Ofélia Maria Guerreiro

### Suplentes:

Gonçalo Barbas Martins  
Rafael Gama

\*Aprovada por maioria com dois votos contra e uma abstenção

## RESPOSTA

### Comissão Permanente do PS

# CAVACO SILVA ESTÁ REVOLTADO COM OS PORTUGUESES

O aluno, Durão Barroso, voltou a esconder-se atrás do professor, Cavaco Silva. Na semana passada, o ex-primeiro-ministro voltou a dizer uma série de falsidades sobre a situação do país, substituindo-se ao actual presidente do PSD. Por uma questão de verdade na vida política portuguesa, o PS desafiou Cavaco a bater-se em confronto directo com o secretário-geral, António Guterres, nas próximas eleições legislativas.

**F**alando em nome da Comissão Permanente do PS, Joaquim Pina Moura classificou o comportamento de Cavaco Silva como «arrogante», mostrando que está «despeitado», «cheio de azedume» e «zangado, não tanto com o Governo do PS, mas, sobretudo, com os portugueses, que, por duas vezes consecutivas o derrotaram», penalizando a sua governação nas urnas em 1995 e recusando-o depois como Presidente da República em 1996. «Os portugueses disseram-lhe que não o queriam para primeiro-ministro, nem para Presidente da República e, por isso, actualmente, Cavaco Silva pauta a sua inter-



venção política pelo azedume e pela criação de tabus», observou o ministro da Economia e dirigente socialista, numa referência ao facto de o ex-líder do PSD ter imposto ao seu partido que remetesse o tema das eleições presidenciais para o ano 2000.

Com estas declarações contra a corrente de progresso do país, segundo Pina Moura, Cavaco Silva revela também «falta de humildade para compreender que não existe qualquer nostalgia pelos seus tempos de exercício arrogante do poder». Face às palavras do ex-presidente do PSD, o PS

decidiu lançar-lhe um desafio. «Se o país está tão mal como diz que está, então candidate-se a primeiro-ministro pelo seu partido nas próximas eleições legislativas, em confronto directo com António Guterres», afirmou Pina Moura. No entanto, o dirigente do PS disse saber perfeitamente que Cavaco Silva não aceitará este repto, porque, no fundo, «ele tem consciência de que os portugueses não querem voltar a ter pela frente um Governo arrogante e cheio de situações de abuso de poder».

Lamentável, igualmente, foi a atitude do presidente do PSD perante as declarações do ex-presidente do seu partido. «Durão Barroso ouviu e calou», observou Pina Moura, para quem o actual líder do maior partido da oposição continua a revelar um comportamento político dúplice. «Ou Durão Barroso subscreve estas declarações de Cavaco Silva que se limitam a dizer mal de tudo, ou devemos acreditar nos seus elogios ao Governo e à criação do rendimento mínimo garantido?»

Perante esta postura de Durão Barroso, no entanto, pode tirar-se uma conclusão: por esta via, o actual presidente do PSD não tem qualquer possibilidade de se afirmar como candidato credível a primeiro-ministro.

## PELO PAÍS

## Governança Aberta

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O secretário de Estado da Administração Pública, Fausto Correia, considerou, no dia 24 em Espinho, que a II Feira do Associativismo daquele concelho constitui um testemunho da «realidade pujante que é o associativismo local».



Fausto Correia falava aos jornalistas durante a cerimónia de inauguração da II Feira do Associativismo de Espinho, na qual estiveram representadas cerca de uma centena de colectividades locais.

O presidente da Câmara de Espinho, José Mota, sublinhou que «todas as colectividades desempenham um papel importantíssimo, nomeadamente aquelas que contribuem para criar alternativas para a ocupação dos tempos livres dos jovens».

José Mota frisou que a autarquia procura apoiar todas as associações de acordo com as iniciativas que elas desenvolvem. «A Câmara não apoia colectividades, apoia sobretudo iniciativas e só podem esperar obter apoio da autarquia as associações que efectivamente desenvolvem actividades próprias», declarou o autarca.

## CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O primeiro-ministro, António Guterres, e o ministro da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago, inauguraram, no dia 25, no Parque das Nações, o Pavilhão do Conhecimento, o antigo Pavilhão do Conhecimento dos Mares durante a Expo'98.



Neste espaço da responsabilidade do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) ficará instalado o novo centro interactivo de ciência e tecnologia, com cinco exposi-

ções abertas ao público.

«Ciência e Desporto», «O Vácuo», «A Casa Inacabada», «Heureka!» e «Vê, Faz, Aprende» são os painéis em exposição num espaço vocacionado também para debates, conferências e colóquios.

A mostra «Ciência e Desporto» é da autoria do Science Museum de Londres e ocupa 1 200 metros quadrados de área, onde os visitantes vão poder testar a sua capacidade de reacção, jogar voleibol virtual ou tentar escalar uma parede.

Quanto à proposta «Vê, Faz, Aprende», da Techniquet de Cardiff, ao longo de 30 módulos vai permitir aos visitantes manusear e descobrir fenómenos científicos, forças, energia e tecnologias.

O Pavilhão do Conhecimento conta ainda com a colaboração do Deutsches Museum, de Munique, da Cité des Sciences et de l'Industrie, de Paris, e do Finnish Science Centre, de Helsínquia.

## CULTURA

O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, inaugurou, ontem, em Santarém, o Museu do Tempo, instalado na Torre das Cabaças, *ex libris* da cidade, depois de assinar um protocolo para a recuperação do Cine-Teatro Sá da Bandeira.

O Núcleo Museológico do Tempo, o segundo do Museu Municipal de Santarém, visa retratar a evolução da medição do tempo, estando dividido em três salas, a primeira das quais, a dos Pesos, na base da torre, tem por lema «Observar o Tempo, Medir a Sombra» e exhibe a frase de Voltaire «O Sol é o grande relógio do mundo».

A segunda, a Sala da Máquina, sob o lema «Medir o Tempo, Observar o Segundo» é marcada pela frase de Lewis Mumford «O Relógio Mecânico é a máquina chave da moderna idade industrial, não a máquina a vapor», transporta para a época em que foi construída a Torre do Relógio de Santarém (século XV), uma das mais antigas de Portugal.

A terceira, a Sala de Observação, no topo da torre, tem por lema «Corrigir o Tempo, Transmitir a Hora» e é assinalada com a frase de Marguerite Yourcenar «O Tempo, esse grande escultor». Permite uma visão da cidade, dando conta da sua evolução ao longo do tempo.

O objectivo do núcleo não é ser um museu do relógio, mas um espaço que convida à interpretação filosófica do problema do tempo.

O restauro e requalificação da Torre das Cabaças (obra que custou perto de 60 mil contos) constituiu a parte portuguesa do projecto SANVERAL, - iniciado em 1996 -, que além de Santarém inclui uma cidade grega e outra italiana e que foi considerado pela Comunidade Europeia como um dos mais interessantes projectos piloto apresentados por cidades europeias.

## DEFESA

O ministro da Defesa, Jaime Gama, presidiu, no domingo, dia 25, em Tomar, às comemorações do Dia do Exército, que teve como ponto alto uma cerimónia mili-

tar na Várzea Grande, com a imposição de condecorações e desfile das forças em parada.

As cerimónias começaram com uma missa de sufrágio na Igreja de São João Baptista, a que se seguiu, uma hora mais tarde, a cerimónia militar, composta por uma alocução do chefe do Estado-Maior do Exército, Martins Barrento, imposição de condecorações e um desfile das forças em parada.

A cerimónia ficou ainda marcada pela entrega do Estandarte Nacional ao agrupamento «Bravo/Kfor», que partirá em missão de paz para o Kosovo no início de Agosto.

No âmbito das comemorações decorrem igualmente eventos culturais e recreativos, entre os quais as exposições sobre as «Actividades do Exército», no Parque do Mouchão, e de «Miniaturas Militares», na Biblioteca Municipal.

O Exército português conta actualmente com um efectivo de cerca de 28 mil militares, homens e mulheres, e já contribuiu com mais de três mil efectivos para operações de Manutenção de Paz no estrangeiro.

## ECONOMIA

O ministro da Economia, Pina Moura, disse, no dia 23, em Barcelos, que a Transgás vai construir 13 estruturas de armazenamento de gás natural liquefeito para sustentar a distribuição deste combustível em todo o País.

«O projecto, que foi já aprovado em Conselho de Ministros, prevê que o gás natural chegue ao Interior Norte, ao Alentejo e ao Algarve até 2003», declarou, salientando que vai ser produzida legislação específica para o licenciamento das empresas que farão a distribuição regional. Pina Moura falava durante a sessão solene de tomada de posse dos corpos sociais da Associação Comercial e Industrial de Barcelos, após eleições internas que reconduziram no cargo de presidente da direcção o empresário Miguel Gomes.

Referindo-se à política energética do Governo, Pina Moura adiantou que já deu luz verde para a construção de uma segunda Central de Ciclo Combinado, que será adjudicada por ajuste directo, de forma a poder estar concluída até 2003.

A central, cujo local de construção ainda não está definido, custará cem milhões de contos e terá participação accionista da EDP.

«A estrutura, que funcionará a gás natural, terá três unidades de produção, capazes de produzir a energia de que o País precisa até ao ano 2007 ou 2008», acrescentou.

Ainda durante a sua intervenção, Pina Moura referiu que vai apresentar, até 15 de Setembro, em Bruxelas, o Programa Operacional da Economia, onde estão enumerados os projectos estruturantes de apoio à economia portuguesa durante o III Quadro Comunitário, sublinhando que dos mil milhões de contos previstos para apoio às empresas e à economia em geral, 430 milhões de contos irão para a Região Norte.

## JUSTIÇA

O ministro da Justiça, Vera Jardim, reafirmou, na passada quinta-feira, dia 22, no Porto, que o Executivo socialista está a dotar a Polícia Judiciária (PJ) dos meios necessários para que esta força policial seja «cada vez mais científica e voltada para a grande criminalidade».

«Esta é a estratégia do Governo, mas, para isso, é necessário dotar a PJ de meios que permitam aumentar a sua eficácia», frisou o ministro, que falava aos jornalistas durante uma visita às obras do novo edifício da PJ/Porto, que deverá estar concluído em finais do próximo ano.

Vera Jardim salientou que o Executivo «atribui uma importância estratégica muito grande» à PJ/Porto, destacou os seus êxitos no combate à grande criminalidade, especialmente no domínio do tráfico de droga, e concluiu afirmando que se trata de uma polícia «eficaz».

## SAÚDE

A ministra da Saúde, Maria de Belém, inaugurou, no passado sábado, dia 24, em Vila do Conde, a Feira de Artesanato local, que disse constituir «uma mostra dinâmica do renascimento do artesanato».



Maria de Belém inaugurou, em representação do primeiro-ministro, a 22ª edição da Feira Nacional de Artesanato de Vila do Conde, que tem este ano como «convitado especial» a cultura de Timor-Leste.

Por esse motivo, a governante saudou a presença de Timor-Leste e visitou o certame na companhia do presidente da Câmara de Vila do Conde, Mário Almeida, e de Roque Rodrigues, representante em Portugal do Conselho Nacional da Resistência Timorense.

Timor-Leste será também o tema da exposição a decorrer no Auditório Municipal da cidade. Para Mário Almeida, a escolha de Timor «demonstra a preocupação no alerta para os problemas dos timorenses e um grande desafio que se quer seja concretizado».

O autarca considerou que a Feira de Artesanato de Vila do Conde, que conta com mais de cem artesãos a trabalhar, jornadas gastronómicas e animação diária, «está ao nível das melhores e possui todas as condições para conseguir um êxito total».

DESTAQUE – CM

Refugiados guineenses

## PORTUGAL ORGANIZA RETORNO VOLUNTÁRIO A BISSAU

O Governo Português e a Organização Internacional para as Migrações (OIM), nos termos do protocolo assinado em 15 de Dezembro de 1997, vão proporcionar o retorno voluntário dos cidadãos guineenses que, na sequência dos acontecimentos de 7 de Junho de 1998, se acolheram temporariamente em Portugal.

A decisão foi tomada pelo Conselho de Ministros, na reunião do passado dia 22. A OIM elaborará e difundirá um programa específico que proporcione apoio logístico e financeiro aos cidadãos guineenses possuidores de «Autorização de Residência», passada ao abrigo do «Estatuto de Protecção Temporária», que pretendam regressar ao seu país, devendo estes inscrever-se, para o efeito, até 15 de Outubro de 1999.

O referido programa considerará os apoios relativos às componentes de transporte aéreo em aviões da carreira comercial ou fretados; transporte de carga pessoal, por via marítima, até 0,250 metros cúbicos por pessoa; e subsídio de reintegração a receber, por transferência bancária, na Guiné-Bissau, correspondente a três vezes o valor mensal do subsídio que vem sendo atribuído, em Portugal, aos cidadãos guineenses não alojados e tendo em consideração os critérios em vigor.

Os cidadãos guineenses que regressem ao seu país entregarão, no momento do embarque, as «Autorizações de Residência» de que são titulares, cuja validade cessa naquele momento, devendo o retorno iniciar-se logo que seja restabelecida a



ligação aérea comercial entre Lisboa e Bissau (fixada para o passado dia 27).

Os cidadãos guineenses inscritos no programa continuarão a beneficiar dos apoios que lhe são concedidos até à data do embarque, deixando, os que não se inscrevem, de ter direito aos apoios que lhes têm sido concedidos em Portugal.

Os cidadãos inscritos que, após a marcação de embarque, não compareçam à partida, perderão não só o direito aos apoios previstos no programa, como também, os apoios que têm vindo a receber, em Portugal.

A contribuição financeira do Governo português para este programa específico será, nos termos do protocolo, da responsabilidade do Ministério da Administração Interna, que para o efeito será reforçado com verbas da dotação provisional do Ministério das Finanças.

DESTAQUE – CM

Ensino

## CRIADA AGÊNCIA PARA FORMAÇÃO DE ADULTOS

O Conselho de Ministros aprovou, no passado dia 22, em Lisboa, um decreto-lei que cria a Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA).

A ANEFA será um instituto público sujeito à tutela e superintendência dos ministros da Educação e do Trabalho e da Solidariedade, tendo intervenção a diversos níveis no domínio da educação e formação de adultos.

De entre as atribuições da ANEFA destacam-se o desenvolvimento e divulgação de modelos, metodologias e materiais de intervenção pedagógica e sócioeducativa, específicos para a educação e formação de adultos.

Promover programas e projectos nos domínios da educação e formação de adultos (a desenvolver por iniciativa própria ou com intervenção de entidades públicas e privadas), construir gradualmente um sistema de reconhecimento e valida-

ção das aprendizagens informais dos adultos - visando a certificação escolar e profissional -, e realizar estudos, promovendo a investigação no domínio da educação e formação de adultos, bem como apoiar a formação especializada de formadores e outros agentes de intervenção sócioeducativa são outras das atribuições da agência.

No conjunto de competências deste instituto público inclui-se ainda uma colaboração em projectos de cooperação nos domínios da educação e formação de adultos dirigidos às comunidades portuguesas de emigrantes, às comunidades imigrantes a residir em Portugal e a países de língua oficial portuguesa.

Em termos organizativos a ANEFA terá uma Comissão Directiva, um Conselho Administrativo (com funções deliberativas em matéria financeira) e um Conselho Consultivo.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 22 de Julho

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto que impõe a prorrogação pelo período de um ano, contado a partir de 22 de Agosto de 1999, relativamente à área da Ota, das medidas preventivas estabelecidas através do decreto n.º 42/97, de 21 de Agosto;
- Um decreto-lei que estabelece perímetros de protecção para captação de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público;
- Um decreto-lei que cria a Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos;
- Um decreto-lei que regulamenta a lei n.º 71/98, de 3 de Novembro, que estabeleceu as bases do enquadramento jurídico do voluntariado;
- Um decreto-lei que aprova o processo de reprivatização da Gescartão, SGPS, SA;
- Um decreto-lei que aprova o processo de reprivatização da DRIFTAL - Plastificantes de Portugal, SA;
- Uma resolução que cria a rede móvel de emergência e de segurança;
- Uma resolução que cria o Programa de Apoio à Iniciativa Privada Social;
- Uma resolução que define as condições de retorno voluntário dos cidadãos guineenses que, na sequência dos acontecimentos de 7 de Junho de 1998, se acolheram temporariamente em Portugal;
- Um decreto-lei que cria os centros de responsabilidade integrados nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde;
- Um decreto-lei que aprova a importação e transporte de gás natural liquefeito e estabelece o regime de licença para a distribuição e fornecimento de gás natural em regime de serviço público em zonas não abrangidas pela concessão de distribuição regional, altera a redacção do decreto-lei n.º 374/89, de 25 de Outubro;
- Uma resolução que aprova o concurso público relativo à alienação de um lote indivisível de acções da Fajalpal - Fábrica de Papel do Tojal, SA;
- Uma resolução que autoriza a Estoril-Sol, SA, a transferir para outra empresa a concessão da zona de jogo do Estoril;
- Um decreto-lei que define o regime da responsabilidade técnica pelas instalações desportivas abertas ao público e actividades aí desenvolvidas;
- Um decreto-lei que regula o processo de cunhagem, armazenagem, segurança, pagamento e lançamento em circulação das moedas metálicas correntes de euro, destinadas a substituir as de escudos 2002;
- Um decreto-lei que aprova o regime jurídico dos documentos electrónicos e da assinatura digital;
- Uma resolução que habilita a República Portuguesa a participar na 12ª Reconstituição de Recursos da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID);
- Um diploma que procede à inclusão de três substâncias activas no anexo I ao decreto-lei n.º 94/98, de 15 de Abril, que adopta as normas técnicas de execução referentes à colocação de produtos fitofarmacêuticos no mercado, transpondo as directivas comunitárias correspondentes;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 161/97, de 26 de Junho, que aprova a orgânica do Instituto Português de Museus;
- Um decreto-lei que aprova a nova lei orgânica do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC);
- Um decreto-lei que regula a situação do pessoal que, abrangido pelos processos de integração ou ingresso na Administração Pública Portuguesa, ou autorizado a prestar serviço no território de Macau ao abrigo do Estatuto Orgânico de Macau, se deva manter em exercício de funções nos serviços e organismos da administração do território de Macau após 30 de setembro de 1999;
- Um decreto regulamentar que estabelece a criação da Paisagem Protegida do Corno de Bico;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, no município de Viana do Castelo;
- Um decreto-lei que autoriza a celebração pelas escolas e durante um período de três anos, de contratos administrativos de provimento para categorias de ingresso de várias carreiras de pessoal não docente;
- Um decreto-lei que fixa as regras gerais a que está subordinado o ensino da enfermagem no âmbito do ensino superior politécnico.



## DESTAQUE – CM

## Recursos hídricos

## PERÍMETROS PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

O Governo estabeleceu, na reunião de Conselho de Ministros do passado dia 22, perímetros de protecção para captação de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público.

Estes perímetros de protecção foram definidos em função das características das formações geológicas de onde a captação é feita e dos caudais extraídos.

A criação dos perímetros de protecção tem por finalidade prevenir, reduzir e controlar a poluição das águas subterrâneas por infiltração de águas pluviais lixiviadas e de águas excedentes de rega e de lavagens; potenciar os processos naturais de diluição e de autodepuração das águas subterrâneas; prevenir, reduzir e controlar as descargas acidentais de poluentes; bem como proporcionar a criação de sistemas de aviso e alerta para a protecção dos sistemas de abastecimento de água com origem nas captações de águas subterrâneas, em situações de poluição acidental dessas águas.

A delimitação dos perímetros de protecção é realizada recorrendo a métodos hidrogeológicos apropriados que têm em conta os caudais de exploração, as condições da captação e as características do sistema aquífero explorado.

O perímetro de protecção é a área con-



gua à captação na qual se interdita ou condicionam as instalações e as actividades susceptíveis de poluir as águas subterrâneas, podendo englobar a zona de protecção imediata (área da superfície do terreno, contígua à captação em que, para a protecção directa das instalações da captação e das águas captadas, todas as actividades são, por princípio, interditas); a zona de protecção intermédia (área de extensão variável contígua exterior à zona

de protecção imediata, onde são interditas ou condicionadas as actividades e as instalações susceptíveis de poluir as águas em questão, quer por infiltração de poluentes, quer por poderem modificar o fluxo na captação ou favorecer a infiltração na zona próxima da captação); e a zona de protecção alargada (área contígua exterior à zona de protecção intermédia, destinada a proteger as águas subterrâneas de poluentes persistentes, tais como compostos orgânicos, substâncias radioactivas, metais pesados, hidrocarbonetos e nitratos, onde as actividades e instalações são interditas ou condicionadas em função do risco de poluição das águas, tendo em atenção a natureza dos terrenos atravessados, a natureza e a quantidade de poluentes, bem como o modo de emissão desses poluentes).

Na zona de protecção imediata é proibida qualquer instalação ou actividade, com excepção das que têm por finalidade a conservação, manutenção e melhor exploração da captação.

Nesta zona o terreno é vedado e tem que ser mantido limpo de quaisquer resíduos, produtos ou líquidos que possam provocar infiltração de substâncias indesejáveis para a qualidade da água de captação.

Por seu turno, na zona de protecção intermédia são interditas infra-estruturas

aeronáuticas, oficinas e estações de serviço de automóveis, depósitos de materiais radioactivos, de hidrocarbonetos e de resíduos perigosos, postos de abastecimento e áreas de serviço de combustíveis, transporte de hidrocarbonetos, de materiais radioactivos ou de outras substâncias perigosas, canalizações de produtos tóxicos, lixeiras e aterros sanitários.

Na zona de protecção intermédia podem ainda ser proibidas ou condicionadas outras actividades e instalações susceptíveis de provocar a poluição das águas subterrâneas.

Por fim, na zona de protecção alargada é interdito o transporte de hidrocarbonetos, de materiais radioactivos e de outras substâncias perigosas; o depósito de materiais radioactivos, de hidrocarbonetos e de resíduos perigosos; as canalizações de produtos tóxicos; as refinarias e indústrias químicas; as lixeiras e os aterros sanitários.

O diploma estatui ainda que as proibições e os condicionamentos decorrentes da sua aplicação podem dar lugar a indemnização nos termos previstos no artigo 8.º do Código das Expropriações e estabelece os parâmetros das coimas a aplicar: de cinco mil a 750 mil escudos (pessoas singulares) e de 50 mil a nove milhões de escudos (pessoas colectivas).

## DESTAQUE – CM

## Segurança

## NOVA REDE MÓVEL DE EMERGÊNCIA

O Executivo socialista decidiu-se, na passada quinta-feira, dia 22, em Lisboa, pela constituição de uma rede móvel de emergência e de segurança.

A resolução de Conselho de Ministros estabelece, pois, as bases e define o processo de instalação de uma infra-estrutura única que sirva de suporte às radiocomunicações das diversas entidades com atribuições nos domínios da emergência e da segurança.

A futura rede móvel será baseada num sistema de *trunking* digital TETRA, sistema desenvolvido pelo Instituto Europeu de Normalização das Telecomunicações (ETSI) e adoptado já por diversos países da União Europeia.

Os sistemas deste tipo constituem o meio mais avançado de radiocomunicações móveis, especialmente vocacionados para o estabelecimento de comunicações entre grupos fechados de utilizadores, como sucede nos domínios da segurança e da emergência.

O diploma enumera, sem prejuízo de ou-



tras que venham a ser acrescentadas, as entidades que deverão integrar a futura rede móvel: Polícia Judiciária; Polícia de Segurança Pública; Guarda Nacional Republicana; Serviço de Informações de Segurança; Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; Instituto de Conservação da Natureza; Direcção-Geral de Florestas; Serviço Nacional de Protecção Civil; Serviço Nacional de Bombeiros; Associações de Bombeiros Voluntários; Instituto Nacional de Emergência Médica; e Cruz Vermelha Portuguesa.

## DESTAQUE – CM

## Idosos

## EXECUTIVO INCENTIVA INICIATIVA PRIVADA SOLIDÁRIA

O Governo deu luz verde à criação do Programa de Apoio à Iniciativa Privada Social (PAIPS). A decisão foi tomada, no dia 22, na reunião do Conselho e Ministros realizada em Lisboa.

O PAIPS vem criar um sistema de incentivos de larga abrangência, destinado a promover e a estimular o aumento da oferta da iniciativa privada no domínio do apoio à melhoria das condições de vida da população idosa, especialmente através da construção e da remodelação de lares de idosos de pequena/média dimensão.

Cumprem-se, desta forma e em termos de incentivos, o montante máximo definido pela Comissão Europeia para os auxílios ditos de minimis.

Quanto a objectivos, o PAIPS visa o acréscimo da oferta do número de lugares nos lares para a terceira idade; a criação de equipamentos e serviços, designadamente para desenvolvimento de novas soluções, como seja o alojamento temporário; a criação de condições para o acolhimento em lares de idosos em situação de dependên-

cia; a ampliação, melhoria e modernização dos estabelecimentos e qualificação dos serviços prestados; a promoção da formação dos recursos humanos que desenvolvem a sua actividade em lares de idosos; e o apoio criação de postos de trabalho nestes locais.

O Programa de Apoio à Iniciativa Privada Social terá uma vigência de três anos, ao longo dos quais contará com uma verba global de três milhões de contos (para os apoios no âmbito da solidariedade social) e de outros três milhões de contos (para os apoios no âmbito do emprego e da formação).

O financiamento para investimento reveste a modalidade de subsídio a fundo perdido, não podendo exceder 80 por cento das despesas de investimento elegíveis, nos termos do artigo seguinte e sem prejuízo dos parâmetros fixados pela Comissão Europeia (o montante do apoio não pode exceder, isolada ou cumulativamente, por entidade, o montante máximo total do auxílio de minimis, definido pela CE).



## A INSEGURANÇA E O DESEMPREGO PREOCUPAM OS EUROPEUS

**O** camarada António Vitorino realçou no passado dia 17 de Julho a importância do pelouro que lhe foi atribuído na Comissão Europeia, considerando que a justiça e a segurança dos cidadãos serão «uma grande prioridade da UE nos próximos cinco anos».

António Vitorino pronunciou-se sobre as suas responsabilidades na próxima Comissão de Bruxelas, durante um encontro com jornalistas no final da primeira reunião informal dos novos membros do futuro Executivo da União Europeia.

«Não é possível prosseguir na construção europeia sem um aprofundamento da abordagem das questões da segurança e da justiça no território da União», declarou António Vitorino.

A propósito, recordou o «grande salto em frente» dado no Tratado de Amesterdão nos domínios da Justiça e dos Assuntos Interiores (JAI), designação oficial do pelouro.

O sucessor de Deus Pinheiro na Comissão Europeia salientou que «a luta contra a criminalidade organizada e transfronteiriça não pode ser feita apenas dentro de cada país, exigindo uma acção de âmbito comunitário».

«A criminalidade transfronteiriça não pode ser combatida com soluções nacionais», frisou.

### Espaço de liberdade justiça e segurança

A criação na UE de um «espaço de Liberdade,



de, Justiça e Segurança», como determina o Tratado de Amesterdão, «é essencial para que os cidadãos comunitários se revejam no processo de construção europeia», considerou ainda Vitorino, recordando que a insegurança é, a par do desemprego, um dos problemas que mais preocupam actualmente os europeus.

«É um domínio que tem muito a ver com a cidadania europeia» em construção, sublinhou o futuro comissário europeu de nacionalidade portuguesa, que será uma espécie de «ministro europeu do Interior (Administração Interna) e da Justiça».

Salientou ainda que pelouro da JAI constituirá para ele «um interessante e complexo de-

safo», dado, nomeadamente, que «toca em elementos muito sensíveis das soberanias nacionais».

«Se me derem tempo, demonstrarei a importância do pelouro», prometeu António Vitorino, dizendo que «não quer entrar na polémica» em torno da maior ou menor utilidade das suas responsabilidades para o país.

Instado sobre como agirá no contexto do contencioso entre a Comissão e o governo português, por causa do veto ao negócio Champalimaud/BSCH, António Vitorino disse que «o caso vai ser resolvido pela actual Comissão, não se prevendo que transite para a próxima».

Sobre o prolongamento pela Comissão do embargo às exportações de carne bovina portuguesa, por causa da doença das «vacas loucas», o futuro comissário disse «esperar que as autoridades portuguesas façam o necessário para que a interdição possa ser levantada».

Uma das primeiras tarefas de António Vitorino será a criação de raiz da sua Direcção-Geral, dado que a JAI constitui um dos novos domínios da esfera de competências da União.

Vitorino disse que ainda não constituiu a sua equipa de trabalho, a qual, de acordo com o novo código de conduta dos comissários, não poderá ter mais de seis altos funcionários, incluindo o chefe de gabinete e o chefe de gabinete adjunto.

O comissário apenas já escolheu o seu chefe de gabinete, que será o actual e único director-geral português da Comissão Europeia, António Cavaco, responsável pelas Pescas. Neste contexto e nos termos do novo código de conduta, o chefe de gabinete adjunto de António Vitorino terá assim de ser de uma das restantes 14 nacionalidades da União. A passagem de António Cavaco para o gabinete do futuro comissário português liberta o posto de director-geral para um funcionário português da área do PSD.

O PS cumpre assim o tradicional acordo de cavalheiros sobre a partilha entre o partido do Governo e o principal da oposição (PSD) dos dois mais importantes cargos (comissário e director-geral) a que Portugal tem acesso na Comissão Europeia.

## PODERES ACRESCIDOS

**O** novo Parlamento Europeu (PE), que se reuniu no dia 20 pela primeira vez, vai utilizar os seus poderes acrescidos para controlar melhor a Comissão de Romano Prodi e aumentar a sua influência sobre dois dossiers: alargamento a Leste e reforma institucional.

Durante a sessão constitutiva de quatro dias, os 626 parlamentares europeus elegeram o novo presidente para os próximos dois anos e meio, e assistiram à apresentação, pelo presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, dos novos comissários europeus.

A direita, que ganhou as eleições europeias de 13 de Junho último, graças fundamentalmente às derrotas de Blair e Schroeder, penalizados pelo eleitorado pela sua política centrada e demasiado pragmática, aproveitou esta vitória para ocupar a presidência do Parlamento durante os próximos dois anos. Com efeito, os grupos democrata-cristão

e liberal chegaram a acordo para votar a favor da centrista francesa Nicole Fontaine, que derrotou o candidato da esquerda europeia (socialistas, social-democratas, trabalhistas, verdes e comunistas), Mário Soares.

Até ao presente, recorde-se, os socialistas e democrata-cristãos tinham dividido a presidência e a governação praticamente em conjunto desde 1982.

Em Setembro, após as audiências parlamentares de uma semana, o novo Parlamento Europeu deverá tomar posse, e provavelmente a 15 de Setembro a Comissão de Prodi permitir-lhe-á entrar em funcionamento.

Com o Tratado de Amesterdão, que entrou em vigor a 1 de Maio último, o PE duplica os domínios em que pode bloquear ou corrigir a legislação europeia.

O processo de co-decisão, que obriga o Conselho de Ministros e o Parlamento Europeu a concertar-se antes de adoptar directivas europeias, estendeu-se a todos

os domínios, excepto aos que dizem respeito ao euro e a PESC - Política Externa e de Segurança Comum.

A primeira tarefa de Romano Prodi será a de convencer o PE a dar-lhe a maioria.

### Reforma institucional

O Parlamento vai debruçar-se sobre dois grandes «dossiers» políticos europeus durante os próximos cinco anos: a preparação do alargamento da União Europeia (UE) a uma dezena de países da Europa do Leste, Chipre e Malta e a indispensável reforma institucional, que deverá ser realizada por todos, antes das novas adesões.

Os Quinze deverão reformar as instituições europeias sobre três pontos chave: a redução do número de comissários europeus (actualmente 20), uma nova ponderação de vozes no âmbito dos votos do Conselho de Ministros entre grandes e pequenos países da UE e, por fim, o au-

mento dos votos para uma maioria qualificada para a tomada de decisões.

O alargamento a Leste ocupará intensamente todas as instituições europeias.

O novo PE, composto por 626 deputados, está repartido em sete grupos políticos e independentes: o Partido Popular Europeu (PPE) com 234 deputados, dos quais nove são portugueses, o Partido dos Socialistas Europeus (PSE), com 180 deputados (12 portugueses), o partido Europeu dos Liberais, Democratas e Reformadores (ELDR) com 50 deputados (nenhum português).

O partido Verdes-Aliança Livre Europeias com 49 deputados (nenhum português), o da Esquerda Unitária Europeia-Esquerda Verde Nórdica com 42 deputados (dois portugueses) e o Europa das Democracias e das Diferenças com 16 deputados (nenhum português).

O PE tem 36 deputados independentes, não estando qualquer português nesta lista.

## PRÓXIMO COMBATE É GARANTIR DIREITOS ECONÓMICOS E SOCIAIS

**A** luta pelos direitos económicos e sociais, num mundo globalizado e dominado por empresas multinacionais, é o grande desafio que se coloca à Amnistia Internacional (AI) na viragem do século.

O Conselho Internacional da AI - que se reúne em Portugal de 10 a 22 de Agosto, em Tróia -, sem esquecer os direitos políticos mais básicos ainda por atingir em muitas partes do mundo, prepara a «aventura» que é a luta no campo dos direitos económicos e sociais.

O objectivo é apontado por Kamel Samari, responsável da AI para as relações com a imprensa na Europa e Médio Oriente, que aponta os objectivos de uma das ONG (organizações não governamentais) mais conhecidas do planeta.

«Nos últimos 50 anos, a luta no campo dos direitos económicos e sociais dos povos esteve esquecida», secundarizada pela luta pelos direitos políticos - era o mundo da Guerra-Fria, dividido em dois grandes blocos, sublinha.

Ora, defende Kamel Samari, no actual mundo globalizado, de livre circulação de capi-



tais, e em que o «desemprego é cada vez maior» e o poder dos Estados «cada vez menor», organizações como a AI «não podem estar ausentes» nem «deixar que outros ocupem a sua cadeira».

Nesse sentido, torna-se necessário que «o movimento dos direitos humanos tenha uma estratégia global» de combate à estratégia global das multinacionais de «uniformização cultural e considerando os custos sociais como inevitáveis».

E que estratégia pode ser essa? Segundo o responsável da AI, passa pelo aproveitar ao máximo as potencialidades da globalização, por exemplo em matéria de capacidade de difusão universal da informação.

Por outro lado, e tal como a organização já

vem fazendo, é precisa uma nova estratégia de aproximação ao sector financeiro (a presença da AI no Fórum de Davos já é habitual), «pressionando as empresas a adoptarem uma nova ética», de forma a que estas percebam que só com estabilidade social podem rentabilizar a longo prazo os investimentos feitos, adianta.

Mas se a luta pelo direitos económicos e sociais dos povos está bem presente, tal não significa, bem pelo contrário, que a luta pelos direitos políticos básicos esteja concluída.

É certo, explica, que se registaram alguns progressos nos últimos anos, como a libertação de presos políticos em vários países ou a criação dos Tribunais Penais Internacionais (Bósnia, Ruanda).

Mas, por outro lado, o dirigente da Amnistia Internacional lembra que actualmente os conflitos, além de afligirem individualmente as pessoas, passaram a fugitar povos inteiros, que são «apagados» (Bósnia, Kosovo, Ruanda) devido à raça.

Além disso, as violações sistemáticas dos direitos humanos são uma constante (Ruanda, Kosovo, Bósnia, Afeganistão), e «num terço dos países do mundo a tortura» continua ser prática corrente, a pena de morte continua a ser uma realidade em muitos Estados (90 países ainda a aplicam contra 105 que a aboliram), e 1200 milhões de pessoas (20 por cento da população mundial) «vive com menos de dois dólares por mês», qualquer coisa como 400 escudos.

### Pinochet e o fim da impunidade

Quando fala do caso Augusto Pinochet, actualmente detido em Inglaterra a aguardar decisão judicial sobre se é ou não extraditado para ser julgado em Espanha por

crimes cometidos durante a ditadura chilena, os olhos de Kamel Samari abrem-se e o tom de voz muda.

«Celebramos por termos conseguido uma pequena vitória com o caso Pinochet», afirma.

Para este dirigente da AI, este facto inédito (um ditador poder ser detido num país terceiro e aí julgado pelos crimes cometidos no seu país) permite a «esperança em acabar com o clima de impunidade».

«São passos progressistas no sentido de se virar uma página sobre o passado, fazendo com que a justiça para as vítimas seja feita».

«Quanto mais forte é a sociedade civil, melhor estará a situação dos direitos humanos», resume Kamel Samari, «orgulhosos» por esta vitória do «movimento dos direitos humanos».

Os mais de 500 representantes dos 120 países onde a Amnistia Internacional está implantada vão discutir estes e outros temas entre 10 e 22 de Agosto, em Tróia.

A reunião estava prevista para se realizar em Marrocos, mas as autoridades locais vetaram a sua realização depois da AI ter divulgado um relatório crítico em relação à situação dos direitos humanos naquele país africano. «É lamentável», limitou-se a comentar Samari, satisfeito pela presença em Portugal, «pais com lugar importante na AI». A realização do Conselho Internacional (de dois em dois anos) este ano em Portugal é, explicou, uma forma de antecipar a celebração dos 40 anos da organização, em 2001 - a AI nasceu a 21 de Maio de 1961.

No Conselho Internacional vão ser debatidas as resoluções já elaboradas pelos organismos nacionais e regionais da AI, definidos os passos e planos de acção para o futuro e eleito o comité executivo para os próximos dois anos.

### ESTRASBURGO

### Comissão Europeia

## ROMANO PRODI PROMETE «REVOLUÇÃO»

O presidente designado da Comissão Europeia Romano Prodi prometeu no dia 21 em Estrasburgo uma «revolução» no modo de funcionamento da Comissão.

«A necessidade de reforma não deixa qualquer dúvida. As instituições europeias tornaram-se pouco preparadas para enfrentar tarefas tão variadas como aquelas que são chamadas a assumir», declarou Prodi perante os parlamentares reunidos no novo hemiciclo.

«Foi por isso que prometi uma revolução no modo de funcionamento da Comissão», sublinhou, lamentando que a estrutura organizativa da Comissão não tenha conhecido alterações significativas nos últimos 40 anos.

«É por isso que devemos agora proceder a um exame fundamental da forma como funciona a instituição», disse.

### Reajustar, adaptar, melhorar

«O desafio que se nos apresenta é de reajustar, adaptar, melhorar a organização para a tornar mais eficiente e mais eficaz, combater a fraude a todos os níveis, colocar a instituição ao serviço do cidadão europeu», insistiu o presidente da Comissão.

Aplaudido em várias ocasiões, Prodi para

quem «um dos primeiros actos da nova Comissão consistirá em adoptar formalmente um novo código de conduta», prometeu uma «nova era de mudanças» nas fileiras desta instituição.

«Cada comissário cumprirá em todos os momentos os seus deveres de uma forma que exprima o interesse europeu no seu conjunto. Se em qualquer momento, não estiver satisfeito com a forma como as coisas corram, não hesitarei em exercer os poderes que me foram conferidos pelo Tratado (de União) e irei até ao ponto de redistribuir as pastas ou pedir aos comissários que se demitam», acrescentou.

O presidente designado da Comissão Europeia, cuja nomeação foi aprovada a 5 de Maio pelo Parlamento Europeu, apresentou, entretanto, os candidatos-comissários aos restantes 19 cargos da Comissão.

A audição destes comissários pelas diferentes comissões do PE está prevista a partir de 30 de Agosto e até 7 de Setembro, antes da investidura pelo Parlamento a 15 de Setembro.

Numa referência às audições, pouco antes, o ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Joschka Fischer, ironizou desejando «boa sorte aos comissários nas salas de torturas do Parlamento Europeu».

### AGRO-PECUÁRIA

### Dioxinas

## EXPORTAÇÕES DE LEITE BELGAS AUTORIZADAS

As exportações de leite belga, bloqueadas devido ao problema da dioxina, foram novamente autorizadas a partir do sábado passado, dia 10, após a publicação da decisão no jornal oficial da União Europeia (UE), revelaram no dia 8 fontes comunitárias.

Esta medida tornou-se viável depois de o Comité Veterinário Permanente (CVP) da UE ter dado no dia 7 o seu voto positivo, já que as análises realizadas ao leite revelaram que o mesmo não estava contaminado pela dioxina.

Recorde-se que em Junho, a Comissão Europeia (CE) tinha decidido tomar medidas restritivas contra as galinhas, ovos e bovinos, e outro derivados, de origem bel-

gas devido à descoberta de um lote de rações para animais contaminado por uma dioxina altamente cancerígena.

Entretanto, a Bélgica vai comprar e destruir todos os produtos com mais de 20 por cento de carne de porco lançados no mercado interno e no estrangeiro.

Esta medida, que custará «muitos milhares de milhões de francos», comunicada previamente à Comissão Europeia, foi anunciada no dia 27 à noite pelo primeiro-ministro belga.

A medida radical justifica-se porque as autoridades sanitárias não conseguem identificar com toda a clareza a origem dos produtos suínos.

## ARRANCA PRIMEIRA TRAVESSIA FERROVIÁRIA SUSPensa

**A partir de hoje a travessia ferroviária sobre o rio Tejo poderá começar a retirar uma média de 20 mil carros (30 mil passageiros) por dia à Ponte 25 de Abril, implicando uma redução no tráfego rodoviário de 15 por cento.**

**Q**uem pretender fazer o percurso Fogueiteiro-Lisboa pode agora optar por um transporte mais rápido, confortável e ecológico: o comboio. Para isso bastará adquirir o bilhete no valor de 440 escudos, equivalente a um preço médio de sete escudos e setenta centavos por quilómetro. Os utentes do eixo ferroviário Norte-Sul deverão ser portadores do passe para a mesma travessia importando uma despesa mensal de 7 040 escudos.

O contrato entre o Estado e a Fertagus (empresa que associa o grupo de transportes Barraqueiro à Caixa Geral de Depósitos e aos franceses da CGEA, o maior transportador privado europeu de passageiros) é o primeiro contrato para exploração ferroviária feito depois de 1974 e fixa já as regras de cálculo para as tarifas a praticar durante as três próximas décadas, bem como algumas outras garantias.

Caso os acordos sejam cumpridos à letra, nem mesmo durante as horas de ponta nunca haverá grandes enchentes.

Cinco passageiros por metro quadrado (nos autocarros chega a haver sete e noutros comboios oito) é o máximo permitido, sob pena do concessionário ser obrigado a pôr mais composições a circular do que as oito por hora previstas para os períodos de maior tráfego.

A outra garantia está relacionada com os períodos mais mortos, entre as 23 horas à 1 e 30, fixando-se o mínimo de um comboio por hora.

Para estabelecer o número de composições que andarão, em cada período do dia, entre as duas margens, o Governo socialista e a Fertagus tiveram por base estudos de tráfego. As previsões apontam para que haja entre 29,9 milhões e 46,6 milhões de passageiros durante o ano 2000.

Caso a procura ultrapasse o limite superior, o Estado arrecadará uma parcela suplementar dos lucros. Mas, se ficar aquém das previsões, terá de fazer um desconto na taxa que cobra à Fertagus pela utilização de uma linha ferroviária alugada pela empresa estatal Refer (ex-CP).

Agora que este novo serviço de transporte foi inaugurado, começam os planos sobre os possíveis prolongamentos.

O primeiro será a extensão de Entrecampos ao Areeiro, prometida para 2002, e a posterior ligação à Gare do Oriente, obra que o secretário de Estado dos Transportes, Guilherme Rodrigues, admite estar concluída a tempo de receber os



comboios que, no ano seguinte, hão-de vir de Setúbal.

O actual contrato de concessão já prevê a obrigatoriedade de o eixo Norte-Sul cruzar o Tejo e chegar ao Sado em 2003, sendo para isso necessário construir mais 15 quilómetros de via férrea, entre Coina e Pinhal Novo, e uma estação, provavelmente, na zona da Quinta do Conde.

### Assegurar requalificação urbana

A linha que agora entra em exploração, apesar de ter o terminal de passageiros no Fogueiteiro, vai até Coina, onde se situam as oficinas. Do Pinhal Novo a Setúbal a via é a mesma que serve as Praias do Sado.

Segundo Guilherme Rodrigues, já foram dadas indicações para arrancar com a

construção do novo troço, obra orçada em 17 milhões de contos.

Outro alargamento previsto diz respeito à linha Praias do Sado-Barreiro, que também serve a Moita.

Trata-se, segundo o governante, de uma obra para «assegurar a requalificação urbana» das zonas da Moita e do Barreiro, que têm estado a ser preteridas nos investimentos na margem sul.

Com a construção da Ponte Vasco da Gama para a zona de Alcochete e Montijo e o comboio a servir o eixo Almada-Seixal, a península do Barreiro, situada na zona intermédia, perdeu atractividade.

Assim, aposta-se numa linha que visa evitar que se agravem desequilíbrios em termos de ordenamento do território.

Esta iniciativa deverá ser completada com a modernização dos barcos entre o Barreiro e Lisboa, tendo também como

objectivo não deixar que aquela península entre numa fase de «desqualificação urbana».

A modernização da linha das Praias do Sado, cujos custos estão ainda por contabilizar, terá o troço Setúbal-Pinhal Novo comum com a concessão da Fertagus, pelo que possibilitará uma troca de passageiros sem grandes incómodos.

### Qualidade de vida

Mais importante do que a política tarifária, parece ser a capacidade do novo comboio demonstrar às pessoas ser este meio de transporte preferível às filas de trânsito na Ponte e aos congestionamentos na cidade.

Com efeito, dos mais de 125 mil veículos que entopem diariamente a Ponte 25 de Abril, mais de 68 por cento transportam apenas o condutor, enquanto somente quatro em mil automóveis ligeiros se encontram completamente lotados com os cinco passageiros.

Situações idênticas no estrangeiro saldaram-se numa taxa de transferência para o comboio a curto prazo situada nos 20 a 35 por cento, associada a uma mais eficaz articulação entre transportes públicos e a uma diminuição dos gastos com parqueamentos dentro da cidade.

Apesar da melhoria da qualidade de vida nas deslocações, preços da travessia ferroviária sobre a Ponte serão determinantes sobretudo para os utentes esporádicos ou para aqueles que necessitem de mais do que um transporte público até ao emprego ou nas suas deslocações ao longo do dia dentro de Lisboa.

### Melhor ambiente

Se os aspectos economicistas da política de transportes poderão ser, a curto prazo, determinantes para as opções das pessoas, a degradação da qualidade do ar também não deixará, pelo menos a médio prazo, de constituir um aspecto importante.

Assim, de acordo com dados da Quercus, as emissões de dióxido de carbono resultantes de mil passageiros transportados em automóvel é 12 e 18 vezes superior a igual número de utentes que viajam de autocarro e comboio, respectivamente.

No caso dos óxidos de azoto - responsáveis pela criação do ozono - e das partículas, que provocam irritações pulmonares e oculares, esse valores chegam a ser superiores.

Segundo um relatório de Junho da Organização Mundial de Saúde, realizado na Áustria, França e Suíça, a exposição à poluição rodoviária causará por ano 21 mil mortes prematuras por problemas respiratórios e de coração, ou seja, mais do dobro daquelas ocorridas em desastres automóveis.

MARY RODRIGUES

## Comboio em selos

A travessia ferroviária da Ponte 25 de Abril é o tema de duas séries de selos da autoria de João Sarmento que os CTT lançam hoje, dia em que é inaugurada a própria travessia.

No total, serão lançados 1,5 milhões de selos, com os valores de 51 escudos (um milhão) e de 95 escudos (500 mil).

A ponte suspensa sobre o Tejo, com um vão de 1012,9 metros, é uma das construções mais emblemáticas da capital portuguesa.

Projectada como ponte mista rodo-ferroviária, a construir em duas fases, foi aberta apenas ao tráfego rodoviário em 6 de Agosto de 1966, embora já estivesse dimensionada para o serviço de caminho-de-ferro.

Contudo, apesar da crescente necessidade do aproveitamento total desta infra-estrutura de ligação entre Lisboa e a Península de Setúbal, por variadas razões, apenas em 1996 se iniciaram as obras de reforço e beneficiação estrutural do tabuleiro rodoviário da Ponte 25 de Abril, bem como a construção dos viadutos e vias do caminho-de-ferro nas duas margens do Tejo.

## RIA FORMOSA ALVO DE PROJECTO-PILOTO

O segundo projecto-piloto do Programa Nacional de Turismo da Natureza vai decorrer a partir de Setembro, no Parque Natural da Ria Formosa, depois de a iniciativa ter sido lançada no Dia Mundial do Ambiente no Parque Natural da Serra de São Mamede. O anúncio foi feito pelo secretário de Estado do Ambiente, José Guerreiro, que na passada sexta-feira iniciou, no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, a primeira semana das áreas protegidas, que culminou ontem com o Dia Nacional da Conservação da Natureza. Com níveis semelhantes de investimento da primeira área-piloto - 500 mil contos -, o objectivo é tornar compatível o turismo com o património natural, numa forma de desenvolvimento sustentável que o Governo pretende ver transformada numa rede nacional. As áreas abrangidas em Setembro pela iniciativa serão Castro Marim e Olhão. Para assinalar o Dia Nacional de Conservação da Natureza, realizou-se um grande prémio de atletismo da conservação da natureza na Paisagem Protegida da Serra de Montejunto, uma das primeiras de âmbito regional classificada como tal, «para que as pessoas percebam que o desporto é compatível com as áreas protegidas», afirmou José Guerreiro.

### Jovens Guias das Áreas Naturais

Na sua passagem pelo litoral alentejano, acompanhado pelo secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, com quem lançou a iniciativa Jovens Guias das Áreas Naturais - que possibilita aos jovens trabalharem como guias nas áreas protegidas -, o governante estabeleceu um protocolo com diversas entidades locais que irá possibilitar dar um destino adequado aos resíduos plásticos resultante da actividade agrícola no perímetro de rega do rio Mira, no Parque Natural do Sudoeste



Alentejano e Costa Vicentina. Ao todo são cerca de cem toneladas de resíduos depositados num terreno cujo destino vai ser ainda estudado pelas partes, sendo feito o diagnóstico e caracterização destes lixos. Questionado sobre a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza, que esteve recentemente em discussão, José Guerreiro afirmou que a versão definitiva do documento deverá ser entregue, até ao final deste mês, ao Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - órgão consultivo do Executivo - para que este emita um parecer. O secretário de Estado espera que o documento possa ser aprovado até ao final da legislatura, uma vez que o considera essencial para o período 2000/2006, já que está previsto para essa altura um quadro de financiamento autónomo para a conservação da natureza e apoio ao desenvolvimento na ordem das dezenas de milhões de contos.

A arrancar estão igualmente 16 planos de ordenamento das áreas protegidas, cujo atraso é justificado por José Guerreiro pela ausência da Lei de Bases de Ordenamento do Território, já elaborada. Em jeito de balanço, o secretário de Estado do Ambiente congratulou-se pelo aumento de 40 por cento do investimento per capita nas áreas protegidas em quatro anos, admitindo, no entanto, que há ainda muito a fazer.

### Sistemas de tratamento de resíduos sólidos prontos antes de 2000

O primeiro dia da semana das áreas protegidas terminou quando o secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, inaugurou a Pousada da Juventude de Almogrove, concelho de Odemira, a 24ª do País, que representa um investimento de 473 mil contos e tem capacidade para

cem dormidas.

Até ao final do mês serão ainda inauguradas as Pousadas da Juventude de Viana do Castelo, Bragança e Caldas da Rainha. Apenas quatro dos 31 sistemas de tratamento de resíduos sólidos urbanos previstos vão ficar para o próximo Quadro Comunitário de Apoio.

O anúncio foi feito pela ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, no passado dia 27, em Lousada.

«Temos 22 sistemas a funcionar de 31 que tínhamos previsto. Dos nove sistemas em falta, cerca de metade estão bem encaminhados e serão inaugurados e postos em funcionamento a curto prazo», afirmou a governante.

Elisa Ferreira esclareceu que «em alguns locais houve problemas, sobretudo ao nível do entendimento das autarquias sobre o local onde o aterro deve ser colocado», mencionando os casos ocorridos no Alto Tâmega e no Baixo Tâmega.

A ministra do Ambiente falava em Lousada, na sessão inaugural do aterro sanitário de Lustosa, equipamento que vai servir os municípios de Lousada, Felgueiras e Paços de Ferreira e que possibilitou o encerramento de três lixeiras.

«Em termos de população abrangida, os sistemas em funcionamento abrangem cerca de 80 por cento da população», frisou.

A ministra considera que o balanço do seu projecto de encerramento das lixeiras e «muito bom», uma vez que em 31 sistemas só não foram concretizados quatro casos e esses devido a divergências sobre a localização dos equipamentos.

Além do aterro sanitário de Lustosa, Elisa Ferreira inaugurou também o aterro de Rio Mau, destinado a tratar os lixos de Penafiel, Paredes e Castelo de Paiva, e ainda dois ecocentros (Lousada e Penafiel), investimentos que totalizaram cerca de dois milhões de contos.

## VARA FAZ BALANÇO POSITIVO

A «grande diminuição» de acidentes, mortos e feridos graves nas estradas portuguesas, verificada nos últimos meses, indica que o combate do Governo à sinistralidade «está no bom caminho», afirmou no passado dia 23 Armando Vara. «Estamos no bom caminho apesar de a situação nas estradas portuguesas ainda ser de grande gravidade», salientou o secretário de Estado Adjunto do ministro da Administração Interna - que presidia a uma Reunião do Conselho Nacional de Segurança Rodoviária. Referindo-se à campanha «Segurança Máxima - Tolerância Zero», Armando Vara



revelou que se estenderá progressivamente e conforme as necessidades e disponibilidades às 14 estradas que estão sob observação directa.

Segundo dados da Direcção-Geral de Viação, a introdução da campanha «Segurança Máxima - Tolerância Zero» no IP 5 (nove meses), na EN 125 (sete meses) e na EN 10 (quatro meses) até 20 de Julho deste ano permitiu diminuir em termos homólogos o número de mortos, de feridos graves e de acidentes com vítimas, em 74 por cento, 24 por cento e 38 por cento, respectivamente.

No IP 5, que liga Viseu a Vilar Formoso, o número de mortos e de feridos graves

registados de 13 de Outubro de 1998 a 20 de Julho deste ano diminuiu 72 por cento e 36 por cento face ao período homólogo anterior.

Na EN 125, Algarve, a introdução da campanha «Segurança Máxima - Tolerância Zero» a 18 de Dezembro de 1998 permitiu reduzir, até 20 de Julho deste ano e face ao período homólogo anterior, em 77 por cento o número de mortos e em 15 por cento o número de feridos graves.

Em relação à EN 10, a vigilância reforçada a 01 de Abril deste ano permitiu reduzir até 20 de Julho e face ao período homólogo de 1998 o número de mortos em 74 por cento e o de feridos graves em 24 por cento.

EDUCAÇÃO

Pré-escolar'2000

MAIS CINCO MIL CRIANÇAS

**N**o próximo ano lectivo (1999/2000), mais cinco mil crianças usufruirão da educação pré-escolar pública em todo o País.

Esta informação foi avançada com base nas projecções estatísticas reveladas, no dia 26, pelo Ministério da Educação.

Os dados oficiais, divulgados no âmbito de um balanço da actividade do actual Ministério na legislatura de 1995/99, apontam para um aumento desta grandeza em resultado da expansão da rede pública de educação pré-escolar, que acolhe actualmente 95 576 crianças com idades entre os três e os cinco anos.

Estas crianças representam 46 por cento de um total de 207 019 que recebem educação pré-escolar.

Além da rede pública, 18 por cento frequentam a rede particular e cooperativa e 36 por cento a rede solidária.

Entre 1994 e 1999, segundo os dados do ministério chefiado por Marçal Grilo, foi aumentada a cobertura da rede a mais 34 447 crianças, o que representa um crescimento de 20 por cento.

Relativamente à cobertura da rede a nível nacional, as taxas variam entre 48,2 por cento no distrito de Setúbal - a mais baixa



- e 90,1 por cento na Guarda - a mais elevada.

Para além do ensino pré-escolar, foi também no ensino superior que o número de alunos aumentou nos últimos cinco anos, segundo os dados oficiais, mas a tendência nos outros graus de ensino é para es-

tabilizar, fundamentalmente devido a causas demográficas.

Os dados postos à disposição da Imprensa pelo ministério da 5 de Outubro apontam para um crescimento de 19 por cento de alunos no ensino superior, englobando o público (mais 37 mil), o privado e o coo-

perativo (cerca de mais dois mil).

Quanto ao investimento feito pelo Governo socialista no ensino superior público durante a legislatura, cifrou-se num aumento de 44 por cento, tendo-se situado nos 167 milhões de contos no corrente ano.

Relativamente à rede de estabelecimentos, o Executivo de António Guterres decidiu criar uma nova Faculdade de Ciências da Saúde na Universidade da Beira Interior e um novo curso de licenciatura em Medicina na Universidade do Minho.

No próximo ano lectivo será também aumentada a capacidade das residências dos serviços de acção social públicos, com a disponibilização de mais 1 576 camas em edifícios em construção, aumentando a capacidade global para 11 442.

Para período escolar 1999/2000 o Ministério da Educação traçou já três grandes objectivos que serão as suas principais linhas de orientação, sendo o primeiro tornar o aluno o alvo por excelência dos investimentos na melhoria da educação.

O segundo objectivo implicará elevar o empenhamento dos professores e educadores e o terceiro sensibilizar os encarregados de educação a participar activamente na vida da escola.

CIÊNCIA

Ensino secundário

ESTUDANTES DO SECUNDÁRIO PASSAM FÉRIAS EM LABORATÓRIOS

Quatrocentos e quarenta estudantes do ensino secundário vão passar as férias em laboratórios, a trabalhar como cientistas, numa iniciativa do Ministério da Ciência e da Tecnologia.

A terceira edição do programa Ciência Viva nas Férias foi apresentado no passado dia 20, no Instituto de Biologia Molecular e Celular da Universidade do Porto, uma das 40 instituições de investigação científica que este ano participam na acção.

Ciência Viva nas Férias é um projecto que pretende contribuir para melhorar a educação científica e proporcionar aos estudantes uma oportunidade de aproximação à realidade do trabalho de investigação científica.

De acordo com o ministério da Ciência e da Tecnologia, o programa de Ocupação Científica de Jovens nas Férias, iniciado em 1997, já abrangeu 386 alunos e 26 instituições de investigação científica.

A execução deste programa inicia-se com a formalização de um convite às unidades de investigação para a apresentação de propostas de acções a realizar.

A candidatura dos alunos é feita através do contacto dos professores com cada instituição.



O processo culmina com a avaliação das acções e do desempenho dos participantes (alunos e investigadores).

A edição deste ano reúne instituições espalhadas nomeadamente por Braga, Porto, Aveiro, Covilhã, Coimbra, Lisboa, Faro, Funchal e Ponta Delgada.

TRABALHO

Sinistros laborais

PRÉMIOS PARA POLÍTICAS EMPRESARIAIS PREVENTIVAS

O Executivo socialista vai atribuir, ao abrigo do «Programa Trabalho Seguro», galardões e incentivos às empresas que cumpram critérios objectivos de segurança, higiene e saúde no trabalho, conforme foi anunciado oficialmente, no passado dia 21, em Lisboa.

Os galardões e incentivos terão a duração de um ano, podendo os últimos resultar na redução do prémio de seguro pago para as empresas distinguidas e na redução da taxa social única de acordo com a autorização legislativa prevista na Lei do Orçamento de Estado para 1999.

O programa inicia-se em Setembro e visa «criar condições para que as empresas por-

tuguesas reforcem o esforço de melhoria das condições de segurança, higiene e saúde no trabalho», bem como desenvolver «uma nova atitude empresarial de competitividade e não um custo a suportar».

Pretende igualmente difundir uma «mensagem moderna e pedagógica junto das empresas portuguesas» e criar um instrumento de reconhecimento de «boas práticas» empresariais.

O anúncio do programa foi feito em simultâneo com a divulgação de um estudo que indica que em Portugal em 1998 mais de 160 mil pessoas sofreram acidentes de trabalho, tendo 473 delas morrido em consequência dos mesmos.



SOLIDARIEDADE

Feira Popular

## FUNDAÇÃO «O SÉCULO» QUER ESPAÇO ALTERNATIVO E PROCESSO TRANSPARENTE

**A** Feira Popular pode mudar de sítio, mas a Fundação «O Século» quer que a Câmara Municipal de Lisboa arranje um espaço alternativo na cidade para este parque de diversões que financia a sua Colónia Balnear e que o respectivo processo seja «público e transparente».

Em comunicado divulgado no dia 23, a Fundação afirma ter tomado conhecimento da intenção da Câmara Municipal de Lisboa de transformar o espaço ocupado pela Feira Popular, um «ex libris» da cidade e que financia a notável obra de solidariedade social que é a Colónia Balnear Infantil de O Século.

«Uma zona verde com alguns equipamentos de lazer alusivos à Feira Popular, um pequeno centro comercial e uma zona de restauração de qualidade a implementar sobre um parque de estacionamento subterrâneo com dois pisos», poderá ser o futuro daquele espaço em Entrecampos. Contudo, para a Fundação, esta solução não irá substituir o parque de diversões e



será necessário encontrar um espaço alternativo na cidade para «instalar uma Feira Popular moderna que mantenha as características bem lisboetas».

### Participação activa de todos os trabalhadores e feirantes

Além disso, a Fundação considera que o processo deve ser «público e transparente» e que deve ter a participação activa de todos os trabalhadores e feirantes.

«Modernizar a feira ou construir uma nova feira integrando os feirantes que o desejem e mantendo os postos de trabalho», são os desejos da Fundação «O Século» para o espaço criado há décadas com o objectivo de financiar a Colónia Balnear que funcionava desde 1927.

De acordo com o comunicado da Fundação, o presidente da autarquia já se mostrou disponível para os dois organismos estudarem em conjunto locais alternativos para a instalação da Feira. **J. C. C. B.**

COMUNIDADES

Migrações

## APOIOS A EMIGRANTES CARENCIADOS

**O**s secretários de Estado da Inserção Social, Rui Cunha, e das Comunidades Portuguesas, José Lello, assinaram, na passada sexta-feira, dia 23, em Lisboa, um acordo que visa criar dispositivos para responder a situações de carência económica e social que atinjam portugueses residentes no estrangeiro.

Ao abrigo do acordo, celebrado no Palácio das Necessidades, foi criado um Grupo de Trabalho - constituído por representantes dos dois secretários de Estado, da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares, da Direcção-Geral da Acção Social e do Departamento de Relações Internacionais da Segurança Social.

Durante a sua intervenção, Rui Cunha explicou que o Grupo de Trabalho terá 45 dias para fazer um levantamento e análise de situações de emigrantes, nomeadamente idosos que se encontrem em situação de carência profunda e que residam em países sem esquemas de protecção social e sem acordos recíprocos com a segurança social portuguesa.

«Esse grupo irá definir critérios ou prioridades de apoio, tendo em conta o universo de pessoas a abranger e o equilíbrio entre os valores mínimos da subsistência em Portugal e nos países de residência», disse o governante.



Em tempo útil será assinado um outro protocolo conjunto que possibilitará acções concretas de apoio aos portugueses emigrantes.

Porque «nós não queremos legislar para o Diário da República, mas sim para as ne-



cessidades efectivas dos cidadãos», sublinhou Rui Cunha.

«E porque queremos que esta medida entre já em execução no início do próximo ano, vamos consignar na nossa proposta de Orçamento de Estado meio milhão de

contos para se iniciar o apoio junto dos emigrantes que desejam continuar a residir nos países de acolhimento», frisou.

Por seu turno, José Lello afirmou que o apoio irá abranger, numa primeira fase, os portugueses residentes no Brasil, Argentina, Venezuela e África Lusófona, por serem os países onde se regista o maior número de portugueses carenciados.

Para o secretário de Estado das Comunidades, trata-se de uma política inovadora, sublinhando que «jamais o Estado português teve qualquer medida direccionada aos portugueses excluídos da sorte residentes no estrangeiro».

«Hoje é possível assinarmos este despacho que abre caminho para se estudar com profundidade as situações de pobreza e, em tempo útil, fazer uma elencação dessas situações», disse.

Segundo José Lello, o Governo não pode esquecer os casos dos portugueses que têm dificuldade nos países de acolhimento, onde não existem esquemas de apoio e solidariedade social, e em conjugação com o secretária de Estado da Inserção Social vai minimizar esses problemas.

Rui Cunha referiu ainda que a postura do XIII Governo Constitucional foi de assumir a existência de portugueses em situações de pobreza e de exclusão social, fazer um levantamento e combater essas situações.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA Entre 1998 e 1999

## CERCA DE QUINHENTAS NOMEAÇÕES POR CONCURSO PÚBLICO



**C**erca de cinco centenas funcionários públicos dirigentes, contabilizados entre directores de serviço, chefes de divisão e equiparados, foram nomeados por concurso público entre 21 de Janeiro de 1998 e 26 de Julho deste ano.

Segundo dados fornecidos pelo gabinete do secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa, a legislação introduzida pelo Executivo socialista levou, em igual período de tempo, à solicitação de 1 524 concursos, 1 496 realizados e 25 pendentes.

Os avisos de abertura de concursos já publicados em «Diário da República» ascenderam a 1 243 e em situação de listas de classificação final estão 599.

Dos 491 dirigentes nomeados por concurso público, a maioria foi encaminhada para o Ministério do Equipamento, do Planeamento e Administração do Território (121), Cultura (69), Finanças (47), Ministério dos Negócios Estrangeiros (40), Agricultura (33), Administração Interna (33), Saúde (32), Ambiente (21), Justiça (18), Trabalho e Solidariedade (17), Presidência do Conselho de Ministros (17), Institutos Públicos (16), Educação (12), Defesa (11) e Economia (4).

Tendo como pano de fundo legislação aprovada em 1997 e revista recentemente pela lei 49/99, de 22 de Junho, uma portavoza da Secretaria de Estado da Administração Pública, considerou que estamos perante «um compromisso que está a ser honrado», adiantando tratar-se de «uma vitória deste governo porque anteriormente eram nomeados (para os cargos) por livre escolha» e sem obedecer a critérios.

**Administração Pública integrou 29 mil «precários»**

Destaque-se, também, a actuação posi-

va do Governo de António Guterres no que diz respeito à resolução de casos de trabalho precário.

Segundo dados recolhidos junto do gabinete do secretário de Estado da Administração Pública e Modernização Administrativa, dos 40 mil funcionários que tinham vínculo precário, 34 mil pertenciam à administração central e perto de seis mil à administração local.

Desses 34 mil que faziam parte da administração central, foram integrados 23 749, tendo desistido do processo de integração 2 740.

«Faltam ainda concorrer 6 852 e foram indeferidos 903 processos», disse uma fonte governamental, acrescentando que dos 5 935 que estavam em situação precária na administração local (Câmaras, Juntas de Freguesia e Serviços Municipalizados), 4 994 foram integrados, 188 desistiram, faltando comunicar o concurso para 753. Considerando o número de trabalhadores que desistiram do processo, o Executivo entende que falta assim integrar menos de um quarto do total de «precários» existentes em 1996, o que será feito sem demora.

«Ninguém que esteja em situação precária (e que abrangido pelo processo de integração iniciado em 1996) irá ser prejudicado por um atraso nos serviços», garantiu a fonte.

Em termos de capacidade de integração dos «precários» na Função Pública, o Ministério da Saúde lidera a lista, com 14 mil processos de regularização, seguido da Educação (dez mil), Agricultura (2 225), Economia (960), Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território (860), Trabalho e Solidariedade (838), Defesa (782), Cultura (712), Ambiente (696), Justiça (622), Administração Interna (532), entre outros, terminando o rol com a Presidência da República, que registou dois casos.



# EUROPA

**UM PROJECTO DE TODOS OS PORTUGUESES**

José Leitão  
Jaime Gama  
António Vitorino  
Biagio De Giovanni  
Richard Corbett  
José Barros Moura  
José Medeiros Ferreira  
Francisco Seixas da Costa  
Álvoro de Vasconcelos  
Teresa de Sousa  
Jorge Coelho  
Rinaldo Benteiro  
Acácio Barmas  
Paulo Pedrosa  
Pedro Adão e Silva  
Mark Kirby  
Mariana Calha  
Pedro Baptista  
Helena Torres Marques

<http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as>

**UNIAO EUROPEIA**  
**TRATADO DE AMSTERDÃO**



## Cascais

### Programa de desinfecção das praias da linha

A praia de São Pedro do Estoril recebeu no dia 21 de Julho, a partir das 20 horas, utentes pouco habituais: dois tractores destinados a limpar a areia de bactérias, fungos e vírus.



Tratou-se do arranque do programa de desinfecção das areias das praias da linha de Cascais, promovido pela câmara municipal. Durante nove semanas, os tractores, com um sistema de mangueiras acoplado, vão rotativamente cobrir a areia de uma mistura à base de iodo. O vereador do Ambiente da Câmara de Cascais, Alexandre Sargento, afirmou que esta operação, que custa cerca de 30 mil contos (150 mil euros), só foi iniciada passado um mês e meio da abertura da época balnear devido a demoras no concurso de concessão.

Este programa é inédito em Portugal por se concentrar também na eliminação de vírus comuns na areia, como o herpes. Segundo a técnica autárquica Alexandra Giraldas, «não há outra autarquia» em Portugal que efectue este programa incidindo também nos vírus.

As características desinfectantes do produto utilizado foram comprovadas por estudos da Faculdade de Farmácia. A mesma entidade concluiu, depois da desinfecção de 1998, que as areias das praias da linha tinham «excelente qualidade» em termos higiénicos.

O horário de limpeza é entre as 23 e as 3 horas, rodando por oito praias do concelho. Devido à sua extensão, a praia de Carcavelos foi dividida em duas zonas, sendo desinfectada às quintas e sextas. Às segundas, o tratamento ocorre nas praias da Conceição, Duquesa e Moitas, em Cascais, às terças no Tamariz e Poça e à quarta em São Pedro do Estoril e Parede.

### Mergulhadores apanham lixo

Entretanto, vinte mergulhadores apanharam no passado sábado lixo subaquático na praia dos pescadores em Cascais, para alertar a população para a necessidade de protecção e para os «problemas» da zona costeira.

Esta Apanha de Lixo Subaquática em Cascais - que é a terceira realizada este

ano e integrada como as outras no projecto «Caracterização e Quantificação dos Resíduos Sólidos Subaquáticos» do GEOTA - inclui, além do mergulho a cerca de 10 metros de profundidade, uma embarcação da OCEANOX (Escola de Mergulho de S. Pedro do Estoril).

«O fundo do mar devia ser um sítio muito bonito mas, devido ao pouco cuidado das pessoas, está cheio de lixo», afirmou Olívia Gonçalves, coordenadora do Grupo Litoral do GEOTA, responsável pelo projecto «Caracterização e Quantificação dos Resíduos Sólidos Subaquáticos».

## Faro

### Prémio de Poesia

Encerram no próximo dia 31 as candidaturas ao Prémio de Poesia Ramos-Rosa.



Este prémio, que é uma iniciativa da Câmara Municipal de Faro, inserido no Programa Faro-Cidade da Poesia 1999, destina-se a obras publicadas em 1998, e tem o valor de mil contos.

## Felgueiras

### Curso de iniciação aos bordados

Aproveitando o período de férias escolares de Verão, a Câmara Municipal de Felgueiras, através da «Casa do Risco», vai organizar a quarta edição do Curso Intensivo de Verão, no âmbito de um pacote de acções de iniciação aos bordados para jovens.



«Ponto de cruz», «bainhas» e «bordados a cheio» são as modalidades previstas nes-

ta acção, para a qual a edilidade disponibiliza transporte desde a sede do concelho até à «Casa do Risco».

## Porto

### A capital da cultura

A Culturporto apresentou nos dias 20 e 22 no Teatro Rivoli, no Porto, a ópera contemporânea «Satyricon», escrita em 1972 pelo compositor italiano Bruno Maderna a partir do romance homónimo de Petronio.



Esta produção, segundo fonte da organização, «resulta de um esforço de promoção e estímulo à criação de projectos independentes de ópera de câmara, particularmente nos reportários barroco, clássico e contemporâneo, que tem vindo a preocupar instituições como a Culturporto e o Teatro Nacional S. João».

Este esforço enquadra-se também nos objectivos do futuro Estúdio de Ópera da Casa da Música, o único edifício que será construído de raiz para o Porto 2001 - Capital Europeia da Cultura.

Do diálogo constante entre Isabel Alves Costa, Ricardo Pais, Luís Madureira e Pedro Burmester surgiram dois espectáculos a realizar em 1999, envolvendo maioritariamente jovens músicos portugueses.

O objectivo é uma efectiva articulação entre instituições, criadores e intérpretes, promovendo, através da troca de experiências, «uma nova forma de encarar a dramaturgia musical enquanto expressão artística viva, multidisciplinar e fruto de um trabalho de criação colectiva».

O espectáculo tem direcção musical de Aldo Brizzi, encenação de Cornelia Geiser, figurinos de Ana Luena, desenho de luz de João Guedes e nos principais papeis Helena Pata, João Henriques, Paulo Ferreira, Cláudia Pereira Pinto, Alexandra Moura e Raquel Lima.

A ópera inspira-se em personagens do romance de Petronio, obra de que apenas são conhecidas partes, tendo Bruno Maderna escolhido como núcleo central da construção do libreto a cena do jantar em casa de um novo-rico, Trimalchio.

«É aqui, durante o banquete, que são apresentadas as diversas personagens, cada uma delas representando uma sátira de tipologias das personagens da Roma do século I, com defeitos e virtudes exagerados, com todas as riquezas e pobreza

morais levadas ao extremo da caricatura», salientou a fonte.

### Centro de Atendimento Descentralizado

Foi ontem, dia 27, inaugurado pela Câmara Municipal do Porto o primeiro Centro de Atendimento Descentralizado das Condomínias.

Na cerimónia esteve presente o presidente da Câmara, Fernando Gomes.

A iniciativa destina-se a aproximar os serviços camarários dos munícipes da Freguesia de Lordelo.

## Santo Tirso

### Festas do Sanguinredo

Realizaram-se nos dias 23, 24 e 25 de Julho, no Lugar da Ponte Velha, em Santo Tirso, as Festas do Sanguinredo, organizadas pela Associação Amigos do Sanguinredo, com o patrocínio da Câmara Municipal de Santo Tirso.



## Sintra

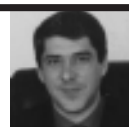
### Ermida de Santa Marta recuperada

A cerimónia de assinatura do protocolo para a cedência do edifício da ermida de Santa Marta, agora restaurada, celebrada entre a Câmara Municipal de Sintra e a Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Marta de Casal de Cambra, decorreu no passado domingo, dia 25.





## PREVENÇÃO



**D** desde o dia em que anunciei uma medida legislativa relativa à protecção das pessoas singulares insolventes, tenho visto sucederem-se uma série de artigos de opinião que, roçando a caricatura fácil, revelam sobretudo uma grande falta de informação sobre o tema e uma demagógica exibição de fantasmas sobre a matéria. Da análise das múltiplas opiniões é possível verificar algumas ingénuas indignações, que invocam uma inexistente «protecção dos vigaristas» ou, também inexistentes, «subsídios para os caloteiros», e identificar a existência de interesses de grupos organizados que por princípio e tradição são avessos a qualquer medida de modernização. O resultado desta agitação não poderia ser mais irracional: primeiro, porque a luta contra esta iniciativa acaba por se assumir como um verdadeiro discurso contra o próprio consumo e o crédito, alimentada pelos que promovem o primeiro e vivem do segundo; segundo, porque geram uma campanha de desinformação que dá expectativas aos devedores relapsos que a própria medida legislativa por mim anunciada não permite sustentar.

Contudo, o meu intuito é tão-só contribuir para uma discussão séria sobre esta questão. Neste sentido, indico aqui dez razões que me levam a defender o acerto e a oportunidade desta medida legislativa.

1- Em primeiro lugar, um regime jurídico deste tipo é necessário porque a nossa economia evoluiu. Uma dispositivo para protecção dos consumidores insolventes é típico das economias desenvolvidas e decorre da pujança e perfil actual da economia portuguesa. Na passagem para o paradigma de uma economia de bem-estar é necessário preservar a estabilidade de todos os agentes económicos, incluindo dos próprios consumidores, e assumir definitivamente que a actividade económica é

feita pelas e para as pessoas.

2 - Em segundo lugar, porque é uma matéria já regulada sem qualquer tipo de preconceitos em outras economias desenvolvidas do Norte da Europa, ou mesmo dos EUA, e que tem sido objecto de recomendações no âmbito do nosso ordenamento, permitindo-me lembrar da que ocorreu na sequência da IV Conferência Consumo e Justiça, promovida pela Procuradoria-Geral da República, Instituto do Consumidor, Centro de Estudos Judiciários e Comissão do Código do Consumidor, realizada em Tomar de 19 a 21 de Maio de 1998. No mesmo sentido já se pronunciou a DECO.

3- Em terceiro lugar, porque uma economia deste tipo já não é a preto e branco. O perfil do consumidor insolvente actual já não permite qualificá-lo como simples prevaricador, «vigarista» ou «caloteiro», como alguns têm pretendido fazê-lo passar, nem o perfil do credor enquanto profissional competente, agressivo e nem sempre escrupuloso pode colocá-lo necessariamente no campo das vítimas. Se a isto se somar o cenário de uma época marcada pela incerteza, mobilidade e volatilidade, então temos os dados suficientes para sustentar a necessidade de um regime mais justo, equilibrado e moderno de tratamento desta matéria.

4- Em quarto lugar, porque já existe para as empresas um regime deste tipo, alternativo à falência. Ainda que os interesses subjacentes possam ser outros, os mais elementares princípios humanistas impõem um regime análogo para as pessoas singulares. É que se as empresas se podem liquidar, as pessoas não.

5- Em quinto lugar, a oportunidade é a melhor, exactamente porque não atravessamos nenhuma crise social que mereça ser remediada no imediato. A iniciativa em curso, seguindo os princípios de uma boa política legislativa, pretende ser de prevenção e não de reacção. É de prevenção porque,

sendo necessária, não é imposta pela pressão de qualquer crise económica e social actual. O problema de muitas iniciativas legislativas é o facto de surgirem sob pressão, não dando ao legislador qualquer espaço para reflectir e discutir sobre os regimes a definir.

6- Em sexto lugar, porque, como não é imposta pela pressão dos acontecimentos, pode ser estudada, amadurecida e aperfeiçoada. É o que de facto ressalta do processo que se pôs em marcha, dando a um grupo de especialistas o encargo de estudar e elaborar um primeiro esboço de um regime adaptado ao nosso ordenamento jurídico e que prevenisse algumas debilidades já evidenciadas noutros modelos; inscrevendo o assunto na actualidade e proporcionando um debate alargado sobre o mesmo. Posteriormente, será posta à disposição das entidades representativas dos agentes económicos uma proposta que estará aberta a todas as soluções que se revelem sérias, fundamentadas e de acordo com a opção legislativa assumida. Permitam-me que saliente que isto é possível porque não há qualquer pressão social imediata.

7- Em sétimo lugar, porque é uma medida que só aproveitará a devedora de boa-fé. Contra o que a desinformação lançada tem feito crer, com objectivos e com resultados que só os seus promotores poderão explicar, o regime a estabelecer não aproveitará a devedores de má-fé. Quem criar ou agravar intencionalmente a sua situação a fim de prejudicar os direitos dos credores, não poderá beneficiar do regime a instituir - este regime apenas beneficiará aqueles que querem pagar as suas dívidas. Aqueles que, erroneamente, andam a dizer que se quer proteger os «vigaristas» e «caloteiros» é que poderão estar com esta mensagem a induzir ao incumprimento.

8- Em oitavo lugar, porque é um regime que

visa beneficiar a economia e os próprios credores. Com efeito, parte sempre de um pressuposto de facto incontornável e que é a existência de um devedor insolvente: uma pessoa que não tem bens ou rendimentos suficientes para assegurar o cumprimento das suas dívidas. Nestes termos, o regime a instituir, apenas se dirigindo àqueles que querem cumprir, aproxima-se dos credores através de um processo global, rápido e gratuito, evitando um processo único ou múltiplo de liquidação patrimonial longo, oneroso e de resultados mais do que duvidosos para os credores.

9- Em nono lugar, porque a medida legislativa cria um serviço de prevenção para os consumidores de mediação com os credores e de auxílio aos tribunais. O gabinete a instituir não é sinónimo de mais burocracia, mas sim de um serviço necessário. As experiências estrangeiras têm demonstrado que a intervenção de gabinetes deste tipo permite encurtar os prazos de tramitação dos tribunais em pelos menos um terço e com muito menos custos do que os de funcionamento dos tribunais. A intervenção dos tribunais é necessária para que este regime resulte eficaz e um gabinete que prepare todo o processo é necessário para encurtar prazos e custos.

10- Em décimo lugar, porque a forma leviana como se têm lançado campanhas de desinformação sobre esta matéria revela a necessidade de regulação da mesma. A falta de seriedade de certas intervenções permite suspeitar dos intentos dos seus promotores e dos interesses que escondem. Pela nossa parte, estamos abertos a todos os contributos sérios e fundamentados, sem prejuízo da determinação que nos anima: a de que uma economia moderna, como é a portuguesa, exige a modernização das regras de insolvência das pessoas singulares.

# «Diário de Notícias, revista Empresas»

## PERSPECTIVA

Afonso Vilhena

## FALTA UM PROJECTO PARA A EUROPA

**A**s recentes eleições para o Parlamento Europeu (PE) são um reforço do projecto da construção europeia iniciado em 57 pelo Tratado de Roma, que instituiu a Comunidade Económica Europeia, 20 anos depois das primeiras eleições europeias por sufrágio universal directo (1979).

Este projecto, que assenta na democracia, no Estado de Direito, na defesa e consolidação da Paz na Europa e na melhoria das condições de vida, de emprego e de garantia de estabilidade social, tem sofrido inúmeras vicissitudes.

A participação neste último acto eleitoral foi, inquestionavelmente, uma atitude de afirma-

ção e consolidação da cidadania europeia, pese embora a elevada taxa de abstenção verificada - a rondar os 60 por cento em Portugal e a média de 53 por cento na União Europeia.

Importa reflectir, pois, sobre o contexto da situação actual.

Próximos da viragem de século e de milénio, as sociedades actuais são confrontadas com o fenómeno da globalização, com todas as suas implicações positivas e negativas. O mundo é cada vez mais pequeno e integrado, com empresas cada vez mais transnacionais. Emergirá um novo paradigma técnico-económico.

A economia e todas as vertentes sociais em

geral, no actual contexto geopolítico mundial, são influenciadas transversalmente nos seus múltiplos aspectos e sectores, v.g., através do aparecimento de novas plataformas estruturadoras que irão dominar todo o processo económico das próximas décadas, como é o caso da Internet.

Vive-se, à escala planetária, um processo simultâneo de globalização e de fragmentação, com o aparecimento de novos riscos multipolares, incluindo a reprodução de conflitos internos e internacionais, motivados na diversa origem étnica, civilizacional ou religiosa.

Neste contexto, constata-se que, com frequência cada vez mais preocupante, as ins-

tituições em geral não têm vindo a lograr os meios mais eficazes para gerir e dominar as interdependências, especialmente na proporção da multiplicação destas, nos seus aspectos mais nocivos e perigosos. Perante os actuais grandes pólos, em termos da mundialização da economia, os EUA têm um papel de domínio manifesto, em contraponto com o asiático (Japão, quatro dragões mais a China) e a UE.

Apesar do estabelecimento do euro - que se saúda - no contexto geopolítico mundial, a UE ainda é o elo mais fraco, perante a ausência de uma verdadeira política económica, fiscal, industrial, comercial comum, incluindo nos sectores estratégicos, como é o

## LIBERDADE DE EXPRESSÃO

caso das novas tecnologias. Um dos desafios mais importantes da UE passa necessariamente pelo seu alargamento, quer a Leste quer a Sul. A integração progressiva dos países candidatos à UE alargada irá provocar novas fracturas, novos e complexos problemas. Com as devidas proporções, em menor escala, são exemplificativos os custos do caso da unificação alemã, após a queda do Muro de Berlim (Nov. 89), acontecimento deveras marcante para a Europa e para o resto do mundo, que pôs termo à Guerra-Fria - o pós-guerra terminou em Dezembro de 91, com o desaparecimento da União Soviética.

Na UE, temos vindo a assistir a uma enorme crise, aos mais diversos níveis, quer quanto a valores, ausência de projectos e políticas fortes, falta de personalidades marcantes e de liderança, quer ainda ao nível das várias instituições da comunidade. A necessidade

de reformas na UE é ingente e urgente, como ficou claro na fraca mobilização dos cidadãos nas recentes eleições.

Em muitos campos, a subalternização da UE em relação aos EUA é notória. Veja-se, a todos os títulos, a recente guerra na Jugoslávia e a alteração, em Abril, p. p. do «conceito estratégico» da NATO imposto pelos EUA: na passagem do 50º aniversário daquela instituição militar, «os falcões comeram as bombas».

Reiteradamente, assiste-se à falta do protagonismo indispensável por parte da UE no campo da política externa e da segurança comum.

Em termos militares, a segurança da Europa está, no essencial, confiada aos EUA. Em economia, diz-se, «não há almoços grátis»...

Mais cedo ou mais tarde, a Europa deverá ter autonomia e independência ao nível mi-

litar e de segurança comum. A construção da UE, na fase actual, está numa encruzilhada: qual o projecto para a Europa do séc. XXI?

É incontornável que a Europa deverá ser um espaço de solidariedade, à luz de melhores condições de trabalho e de combate ao flagelo da pobreza e do desemprego, que actualmente ronda os 18 milhões de desempregados.

Importa passar, efectivamente, da Europa dos consumidores para a Europa dos cidadãos. Há que estimular e desenvolver cada vez mais o diálogo e o debate de ideias, profundo e esclarecedor, sobre as matérias que respeitam à construção europeia, v.g., as reformas institucionais, o reforço da dimensão social da União, o alargamento e a política externa e segurança comuns.

Pontualmente, pela importância que assu-

me no contexto presente, não se poderá deixar de fazer aqui referência à recente demissão da Comissão Europeia e ao reforço dos poderes do Parlamento Europeu, à luz do Tratado de Amesterdão, que acaba de entrar em vigor. Até agora, praticamente, o PE foi como que um mero Conselho Fiscal...

Portugal, no quadro da «Europa das nações», tem uma enorme e rica experiência além-fronteiras, forjada nos quatro cantos do mundo, desde há vários séculos, o que constitui também uma mais-valia para o desenvolvimento da construção europeia. A UE do séc. XXI, mais humanizada, tem de ter política, voz e força.

Sem um PE prestigiado, a UE terá mais dificuldade em afirmar-se no mundo. Vejamos, pois, como os nossos deputados ao Parlamento Europeu responderão a este desafio «a nossa voz na Europa».

### REFLEXÃO

Nestor Rebelo Borges

## SIM, MUITO OBRIGADO

**S**im, muito obrigado, terá sido a resposta mais ouvida por Durão Barroso, à pergunta «Já tem o Portugal que quer?», em cada etapa da volta a Portugal em autocarro. No final, o resultado foi inequívoco: mesmo ausente da «prova» o camarada António Guterres consagrou-se vencedor, pelo que envergará a «camisola amarela» por mais quatro anos.

Por outro lado, não deixa de ser curioso o novo «outdoor» do PSD - e *note-se o ar dudioso, pouco convincente, do candidato, que estrategicamente pretende responder à pergunta, depois de viajar pelo país* (Pergunta, viagem, Afirmação, já deixa antever o próximo Slogan) -, ao afirmar que «Em quatro anos fazemos mais e melhor». O quê? Estradas? Em quê? Negociatas? Do que quem? Do que o PS não, certamente. Em boa verdade, e mesmo sabendo que o PS fez mais e melhor nestes quatro anos, do que o PSD em dez, os Portugueses não se devem dar por satisfeitos. E também por isso, votar no Dr. Durão Barroso é recuar no tempo, nos objectivos, nas ambições, nos projectos, de Portugal e de todos os Portugueses.

Há quatro anos atrás, Durão Barroso afirmava: «Se Cavaco Silva não se candidatar à Presidência da República, então temos mais uma razão para votar PSD, porque corremos o risco de termos Guterres no Governo e ainda o Presidente da República Socialista». Quando interrogado por um jornalista sobre o facto de o seu mandato como Ministro dos Negócios Estrangeiros não ser lisonjeiro, respondeu «não temos a responsabilidade dos conflitos que os outros fazem», mesmo sabendo que uma Publicação do Ministério da Defesa chama «terroristas separatistas» aos Timorenses. Por seu turno, Fernando Nogueira diz: «É um perigo para o país ter um Governo do PS com um Primeiro-Ministro sem experiência de governação e muito menos conhecimento das questões europeias», bem como, «o PSD é o partido que está em me-

lhores condições para assegurar a criação de emprego e modernizar o País», ou então «o candidato do PS fez promessas que implicam um aumento na despesa absolutamente incomportável a começar pelo aumento do rendimento mínimo garantido». *O povo Português não esquece esta «campanha» e os resultados estão à vista.*

Após dez anos de Cavaquismo, o PSD reclamava em vésperas das Legislativas de 1995, uma reconciliação dos cidadãos com a classe política e do Estado com a sociedade. Como prioridades tinha o combate ao desemprego, a segurança, mais e melhor desenvolvimento que dê competitividade às empresas portuguesas. Durão Barroso criticava a má política agrícola seguida por Portugal, desculpando-se paralelamente com «a culpa foi das condições climáticas». Depois dizia que «todos os sectores têm de ser urgentemente e constantemente modernizados a começar pela agricultura». *Este era o balanço feito pelo PSD sobre o Governo PSD.*

Por outro lado, globalizar os problemas é, muitas vezes, o primeiro passo para não se resolver nenhum. *A diferença entre o PS e o PSD está nas medidas e nas políticas para ultrapassar muitos dos problemas - como por exemplo a exclusão social -, que são uma inevitabilidade decorrente da política económica anterior. Para o PS a economia era uma das prioridades, deixando bem claro que a economia são as pessoas.*

Estes quatro anos de Governo PS foram anos de coragem política, de algumas reformas difíceis ditadas pelas exigências do novo mundo. Foram anos de um governo com capacidade de decisão estratégica, ao contrário do que vai afirmando Cavaco Silva, o «homem do leme» que, quando o barco da instabilidade política e financeira parecia afundar-se, foi o primeiro rato a abandonar, refugiando-se numa candidatura à Presidência da República.

Outro dado curioso é a preocupação do Dr. Durão Barroso no facto da fotografia do Eng<sup>o</sup> António Guterres ter quatro anos, mas

a explicação é simples: por um lado, há quatro anos atrás não se sabia de Durão Barroso; por outro lado, é uma prova de que ao contrário do PSD, que este sim, gastaria de dinheiro em campanhas, o PS revela-se um partido económico.

O Dr. Durão Barroso anda preocupado porque a dúvida que persiste pelo país fora não é a de se saber quem ganha as Legislativas, mas sim se o PS ganha com maioria absoluta. Depois de falhada a AD e de respecado para liderar o partido, Durão Barroso prometeu apresentar o programa para Portugal em 120 dias. Se excluirmos, a volta a Portugal em Autocarro, a Viagem à Madeira para assistir ao Circo Jardim Carnavali, as férias de Verão, o lançamento do Vergonhoso livro «Promessas» etc. ... sobra-lhe pouco mais de metade do tempo. O PS espera que no próximo dia 2 de Setembro não conste do Programa PSD mais insultos e desaforos que só têm deficitado a democracia; uma política de baixo nível utilizada ou consentida por um candidato a Primeiro-Ministro no sentido de recuperar os incredúlos Sociais-Democratas. O exemplo vem de cima, e quem não se lembra da frase de Durão em 95 «O Guterres não sabe nadar».

*O PS, por sua vez, mantém a postura digna de um grande Partido político que faz campanha séria e pedagógica.* O eleitorado saberá dar o seu voto em 10 de Outubro no partido que dispõe de melhores condições para desenvolver harmoniosamente o país com melhor qualidade de vida para os cidadãos, mais próxima dos níveis europeus. Para este projecto de confiança e de estabilidade, apoiado em valores e objectivos claros, fica a seguinte análise:

O governo do nosso camarada António Guterres pautou-se por uma *política de rigor económico e de consciência social.* Enquanto o PS aspira vencer o atraso estrutural do país, a Oposição colabora criando crises artificiais, fazendo-o sem sentido de estado, sem alternativas, com falsos argumentos e até desacreditando a política.

No entanto, felizmente, vivemos numa democracia equilibrada, mas onde a necessidade de um profundo espírito de reforma deve ser implantado para permanecer. Reformas nas mentalidades, na cultura, na educação, na saúde ... que só são possíveis fazerem-se com maioria absoluta, que só são possíveis fazerem-se com o Partido Socialista, instituição que funciona como um autêntico laboratório de ideias:

No campo do Equipamento e Território, valorizar as pessoas, ordenar o território, lançar mais infra-estruturas, por forma a acabar com as assimetrias regionais.

No campo da Economia, articular as políticas económicas com as sociais através de programas credíveis apostando no incentivo - em detrimento do subsídio -, na inovação, na investigação.

No campo da Educação, apostar num ensino básico de qualidade, articular o Secundário com o Superior ao serviço da pedagogia.

No campo da Saúde, valorizar os comportamentos: as reformas necessárias neste sector, não se fazem com leis, devendo estar em sintonia com o sector da educação. Importa também proceder a reformas a nível de Gestão.

No campo do Trabalho e Solidariedade, dar continuidade à ideia de concertação estratégica, à diminuição do desemprego.

Enfim, em todas as áreas, que mudem (se necessário for) na prática e na realidade.

É essencial continuar com um Governo Socialista com condições válidas para conduzir o processo histórico da viragem do milénio com força para pensar na geração seguinte e não apenas na eleição seguinte. Ninguém tenha ilusões, só um governo forte conseguirá manter Portugal na actual linha de rumo. Só um governo forte, maioritário, terá condições para suportar a pressão dos próximos quatro anos.

Vamos unidos, uma vez mais, aprofundar a nossa relação de confiança com os Portugueses. Gritemos bem alto Guterres, Guterres, Guterres. Viva o PS. Viva Portugal.



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Música em Abrantes

Hoje, às 21 e 30, o Festival Sete Sóis Sete Luas leva ao palco da Praça Raimundo Soares o Bendo Grupo. O Grupo de Fados e Baladas de Coimbra actuará, no dia 5 de Agosto, à mesma hora, na Praça Barão da Batalha.

Encontro poético em Albufeira

«Teresa Rita Lopes, Ela Mesma» é a designação do encontro poético que se realiza, amanhã, às 21 horas, no Auditório Municipal. Este momento será protagonizado por jovens do concelho e inspirado na obra da referida escritora algarvia.

Feira do livro em Cascais

O Jardim Visconde da Luz está a ser palco para mais uma edição da Feira do Livro, numa iniciativa da Câmara Municipal que reúne naquele espaço, diariamente entre as 18 e as 24 horas, mais de duas dezenas de editores e livreiros. Esta 13ª edição da Feira do Livro de Cascais, que vai decorrer até ao próximo dia 8 de Agosto, pretende ser mais um espaço de apoio e incentivo à leitura.

Guitarra flamenca em Coimbra

Para quem estiver à procura de animação de Verão bastará passar, hoje, às 22 horas, pela Praça 8 de Maio e assistir ao espectáculo do Quinteto Flamenco Pedro Jôia. O Café-Galeria Almedina exhibe, até ao dia 10 de Agosto, os trabalhos fotográficos de J. Carlos.

Folclore em Fafe

Um total de oito grupos nacionais e estrangeiros participarão no XVI Festival Internacional de Folclore Fafe'99, que se realiza este sábado, dia 31, a partir das 21.30, na Arcada.

Concerto em Felgueiras

O Mosteiro do Pombeiro será palco este sábado, dia 31, de um concerto da Orquestra Nacional do Porto.

Festas da Cidade na Guarda

As Azúcar Moreno actuam no sábado, dia 31, a partir das 23h, no Palco 3 da Praça Velha. Este e outros espectáculos inserem-se no programa cultural das Festas da Cidade que decorrem até ao dia 3 de Agosto.

Humor em Guimarães

A «Semana do Humor» termina hoje com a

apresentação da peça «As Velhas», pelo Joana – Grupo de Teatro (Portugal), na Praça de São Tiago, a partir das 22 horas.

Estreias em Lisboa

No Jardim das Oliveiras actuam, amanhã, pelas 22 horas, os Meninos d'Avó. Um dia depois, no sábado, à mesma hora e no mesmo local será a vez de ver e ouvir a Psicolónica de Conxo. As salas de cinema lisboeta exibirão a partir de amanhã três novos filmes. São eles: «Estranhas Ligações», de Roger Kumble; «A Eternidade e Um Dia», de Theo Angelopoulos; e «Punkett and Maclean», de Jake Scott.

Artesanato em Loulé

Mais de 30 expositores de todo o Algarve estarão presentes na oitava edição da Feira de Artesanato de Loulé, que começa amanhã, prolongando-se até ao dia 8 de Agosto. O certame, uma organização da Câmara Municipal que conta com o apoio do Centro de Emprego de Loulé, tem como principal objectivo dar a conhecer as mais variadas vertentes do artesanato algarvio, desde os bonecos em juta até à doçaria artística e às bebidas tradicionais. Paralelamente, e também no largo fronteiro ao monumento a Duarte Pacheco, decorrerão diversas iniciativas culturais e recreativas, como espectáculos de música popular portuguesa e africana, folclore, cantares regionais e teatro de marionetas.

Orquestra em Matosinhos

A Orquestra Nacional do Porto estará, hoje, no Mosteiro de Leça do Balio, num show instrumental a cargo do maestro António Saiote.

Exposição em Óbidos

Diariamente, até ao final de Agosto, o Solar da Praça de Santa Maria acolhe uma mostra denominada «As Máquinas de Leonardo», composta de vários painéis e de 12 maquetas em madeira que reproduzem os mais importantes engenhos mecânicos concebidos em desenho, há 500 anos, por Leonardo da Vinci.

Vidros em Portimão

A casa de Portimão onde nasceu Manuel Teixeira Gomes, Presidente da República em 1923/25, abre ao público com uma mostra de vidro artístico de autores de uma dezena de países. A exposição «Transparências - Vidro Artístico Contemporâneo» exhibe, até 15 de Agosto, 46 esculturas da autoria de 31 artistas dos EUA, Grã-Bretanha, Hungria, México, Espanha, França, Finlândia, República Checa, Itália e Japão. A organização destaca que as obras expostas estiveram vários anos na vanguarda da expressão artística através do uso destes materiais, sendo criadas por artistas de pres-

tígio internacional com trabalhos expostos em inúmeros museus e colecções de arte.

Festival Rock em Porto

Os grupos The Gift, Belle Chase Hotel, Blasted Mechanism e Mão Morta são alguns dos participantes na oitava edição do Festival Rock Feira, que este fim-de-semana (dias 30 e 31) decorre em Santa Maria da Feira. O evento conta ainda com a participação dos Repórter Estrábico, Zen, Mind da Gap e dos três primeiros classificados no concurso Rocktaract. Um violino Stradivarius de 1727, uma viola Forster de 1785 e um violoncelo Pressenda de 1835 são alguns dos instrumentos a utilizar num concerto único dos L'Archibudelli, marcado para hoje, no Rivoli - Teatro Municipal. Este grupo de música de câmara, especializado em versões de época de obras de vários compositores, interpretará, entre outras, composições de Beethoven.

Bailados em Sintra

As Noites de Bailado em Seteais já começaram e prometem enriquecer o Verão até ao dia 29 de Agosto. A Praia das Maças acolhe, até ao sábado, dia 31, entre as 10 e as 17 horas, a actividade «Biblioteca de Praia», desenvolvida pela Biblioteca Municipal, com o objectivo de criar um espaço de lazer aliado à leitura fora de portas. A Feira de Gastronomia de Queluz, que decorre no Jardim Conde de Almeida Araújo, pode ser visitada até domingo, entre as 18 e as 24 horas.

Iglesias em Torres Vedras

O cantor romântico espanhol Julio Iglesias actua no domingo, dia 31, no Campo de Tiro de Santa Cruz. Trata-se de um espectáculo apoiado pela Câmara Municipal e pela Junta de Turismo do Oeste. Iglesias inaugurarà, com o seu concerto, um novo complexo de espectáculos, espécie de anfiteatro natural, rodeado de dunas e vegetação, que a organização considera «paradisíaco», com capacidade para 20 mil pessoas.

**A Dama da Música**  
**Monserrat Caballé**  
 Acompanhamento  
 Orquestra Metropolitana de Lisboa  
 Maestro  
 José Collado  
 29 de Julho, 22 horas  
 Estádio São Luís, Faro

SUGESTÃO

Jazz na Praça da Erva

A oitava edição do Festival «Jazz na Praça da Erva» decorre de 2 a 7 de Agosto, em Viana do Castelo. O programa inicia-se com a banda Dixiegang, formada por Rui Alves (bateria), Jacinto Santos (tuba), Silas de Oliveira (baixo), David Rodrigues (piano), Paulo Gaspar (clarinete), Claus Nymark (trombone) e João Viana (cornetim), que se dedicam à interpretação do repertório dos primórdios do jazz. Segue-se o dia 3, com André Sarbib Trio, que integra os músicos André Sarbib (teclados), Didi (baixo) e Chico Cardoso (bateria), e o dia 4, com o grupo Os Razes do Jazz, composto por Paulo Pinto (guitarra), Mário Delgado (guitarra), Mário Santos (sax), Bruno Pedrosa (bateria) e Nelson Cascais (contrabaixo). Na próxima quinta-feira, dia 5, o Quarteto de Cristina Oliveira actua, pela primeira vez, na Praça da Erva, integrando os artistas Paulo Barros (piano), Eduardo Lopes (bateria), Manuel Barros (baixo eléctrico) e Cristina Oliveira, a única voz feminina que participará nesta edição do festival. Os músicos Bernardo Sasseti (piano), Carlos Barreto (contrabaixo), Mário Barreiros (bateria) e o espanhol Perico Sambaat (Sax) vão estar em cena na Praça da Erva, no dia 6, terminando a oitava edição do festival, no dia 7, com um concerto de António Pinho Vargas (piano) e José Nogueira (sax).

POEMA DA SEMANA  
 Seleção de Carlos Carranca  
 Camões: História, Coração  
 Linguagem

*Dos heróis que cantaste, que restou  
 senão a melodia do teu canto?  
 As armas em ferrugem se desfazem.  
 Os barões nos jazigos dizem nada.  
 É teu verso, teu rude e teu suave  
 balanço de consoantes e vogais,  
 teu ritmo de oceano sofredor  
 que os lembra ainda e sempre lembrará.*

*E quando de altos feitos te entedias  
 e voltas ao comum sofrer pedestre  
 do desamado, não te vejo a ti  
 perdido de saudades e desdêns.  
 Luís, homem estranho, que pelo verbo  
 és, mais que amador, o próprio amor  
 latejante, esquecido, revoltado,  
 submisso, renascente, retornado  
 em cem mil corações multiplicado.  
 És a linguagem. Dor particular  
 deixa de existir para fazer-se  
 dor de todos os homens, musical,  
 na voz de órfico acento, peregrina.*

*Pelos antigos e pelos vindouros,  
 foste discurso de geral amor,  
 Camões, oh som de vida ressoando  
 em cada tua sílaba fremente  
 de amor e guerra e sonho entrelaçados!*

Carlos Drummond de Andrade  
 in Cadernos de Literatura



## O BANCO E A ECONOMIA DE PORTUGAL

O debate do Relatório do Banco de Portugal, relativo a 1998, permitiu o esclarecimento de alguns aspectos relevantes da economia nacional e europeia, na reunião de 27 de Julho último, da Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano. Em primeiro lugar, o relativo alívio da situação financeira. A dívida pública que, no final de 1997, era de 61,7% do Produto Interno Bruto, reduzia-se para 57,8% desse mesmo PIB, no final de 1998. Esta descida permite reforçar a credibilidade da previsão feita no Programa de Estabilidade de essa mesma dívida pública se vir a reduzir a 53,2% do PIB em 2002. Essa progressiva e consolidada redução permite diminuir em cada ano os custos financeiros do Estado, libertando recursos para despesas de investimento ou de carácter social, aliviando os encargos das gerações vindouras. Por outro lado, e apesar de todas as calúnias que o deputado da Marmeleira procurou difundir, acompanhado pela fina flor da reacção e dos sectores europeus mais conservadores, há alguns aspectos positivos na evolução europeia. No emprego, segundo o próprio relatório do Banco, após um crescimento de 0,2% em 97, as-

sistimos a um acréscimo de 1,1% em 1998. A próxima Cimeira Europeia sobre o Emprego, a realizar em Portugal, no 1º semestre do ano 2000, permitirá fazer o ponto da situação e relançar uma estratégia europeia do Emprego, tão importante para o reforço e consolidação do projecto europeu. Relativamente ao saldo dos fluxos financeiros com a União Europeia, o Relatório esclarece que, em 1998, se situou em 622,8 milhões de contos, cerca de 3,2% do Produto Interno Bruto. Estes fluxos cresceram, em 1998, no seu conjunto, 11,1%, enquanto em 1997 tinham crescido 6,6%. A boa negociação da Agenda 2000 conduzida pelo Governo português, com a liderança de António Guterres e a qualificada intervenção de Jaime Gama e Seixas da Costa, permitirá garantir a continuidade de significativos fluxos financeiros até 2006, no âmbito da concretização do III Quadro Comunitário de Apoio. Sublinha ainda o Relatório do Conselho de Administração do Banco de Portugal, que "o saldo das operações de investimento directo português no exterior registou um novo aumento, como reflexo do crescente esforço de internacionalização das empre-

sas portuguesas". E conclui, dizendo que "desta forma, em 1998, o montante de investimento directo de Portugal no exterior superou em larga medida o investimento directo recebido de não residentes". Ou seja, houve uma alteração da posição da economia e dos investidores portugueses no exterior, os quais no quadro da política traçada e aproveitando o período actual de expansão económica, se internacionalizam, investindo no estrangeiro. A direcção do PSD nunca percebeu isso, mas as empresas e os empresários entenderam-no. A internacionalização deve ser aproveitada pelo lado das oportunidades, evitando ou reduzindo as ameaças. Crescimento do emprego, diminuição da dívida pública, controlo da inflação, garantia de fluxos financeiros da União Europeia para Portugal e internacionalização da economia com reforço do investimento português no exterior são aspectos muito positivos e que abrem perspectivas boas para o futuro. É necessário que tudo isto se torne cada vez mais claro e que o povo português confirme e reforce em Outubro a confiança no Governo do PS, dirigido por António Guterres.

«Que os resultados das eleições europeias contribuíram para um novo impulso do socialismo e da social-democracia»  
**Fernando Pereira Marques**  
*Expresso, 24 de Julho*

«Os partidos socialistas ou social-democratas que integram ou lideram os governos da maioria dos Estados da União Europeia, sob a retórica de "terceiras vias" ou de "novos centros", têm evidenciado muitas tergiversações quando se trata de contrariar os interesses instalados e de desenvolver ou preservar os instrumentos do Estado-Providência construídos graças à luta de gerações»  
**Idem, ibidem**

«Continua a monte um autocarro do PSD, em fuga ao eleitorado»  
**Nuno Brederode Santos**  
*Revista «Expresso», 24 de Julho*

«"Belarmino" era um filme a preto e branco que retratava os dois lados de Lisboa: o lado aberto que a sua luz nos dá, o branco, e o lado de chumbo da situação política e social que vivíamos então, o preto»  
**Fernando Lopes**  
*Revista «Expresso», 24 de Julho*

«Lisboa é uma cidade feminina com uma luz que não fabrica, jovem e esplendorosa, por um lado, e macia, púrpura mais madura, por outro»  
**Idem, ibidem**



Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

### Ficha Técnica

**Acção Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director  
**Fernando de Sousa**  
Redacção  
**J.C. Castelo Branco**  
**Mary Rodrigues**  
Colaboração  
**Rui Perdigão**  
Secretariado  
**Sandra Anjos**  
Paginação electrónica  
**Francisco Sandoval**  
Edição electrónica  
**Joaquim Soares**  
**José Raimundo**

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**  
Depósito legal N° 21339/88. ISSN: 0871-102X  
**Impressão** Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo  
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4°, Massamá, 2745 Queluz